

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Pedro Luiz da Cunha

**Partidos centenários:** histórias e memórias do comunismo brasileiro entre PCB e  
PCdoB

Florianópolis

2022

Pedro Luiz da Cunha

**Partidos centenários: histórias e memórias do comunismo brasileiro entre PCB e PCdoB**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cunha, Pedro Luiz da  
Partidos centenários : histórias e memórias do comunismo  
brasileiro entre PCB e PCdoB / Pedro Luiz da Cunha ;  
orientador, Paulo Pinheiro Machado, 2022.  
61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,  
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. memória; comunismo; PCB; PCdoB. I.  
Machado, Paulo Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em História. III. Título.



## ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às catorze horas, no Laboratório de História do Trabalho, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Paulo Pinheiro Machado, Orientador e Presidente, pelo Professor Giovanni Simon, Titular da Banca, e pelo Professor Everson Felipe Adão, Suplente, designados pela Portaria nº 42/2022/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Pedro Luiz da Cunha**, subordinado ao título: **”Partidos centenários: histórias e memórias do comunismo brasileiro entre PCB e PCdoB”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Paulo Pinheiro Machado a nota final 10, do Professor Giovanni Simon a nota final 10; sendo aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Paulo Pinheiro Machado

Prof. Giovanni Simon

Candidato Pedro Luiz da Cunha



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Pedro Luiz da Cunha, matrícula n.º 18200972, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Partidos centenários: histórias e memórias do comunismo brasileiro entre PCB e PCdoB, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2022.

---

Orientador

*À Silvana e Nicole.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Silvana, professora desde sempre. Exemplo de determinação, de coragem e de amor. Dela herdei o choro fácil e escrevo em lágrimas ao pensar em todas as dificuldades atravessadas para que eu pudesse seguir meus sonhos. Obrigado pela janta que me aguardou sempre quente à mesa durante boa parte da graduação. Obrigado pela espera, todos os dias, para o certo abraço de boa noite.

Ao meu irmão, Felipe. Amor aparentemente bruto, mas que é sobretudo sutil e carinhoso. A figura presente em todos os momentos. A ligação certa em momentos de dificuldade. Eu pouco seria sem todo esse cuidado.

À Nicole, minha companheira. Amor sem o qual a graduação seria infinitamente mais difícil. Minha grande inspiração cotidiana. A leitora voraz que me tornou um grande leitor. Que ampliou minha percepção da realidade e me fez perceber a política de outra maneira. Que, pacientemente atenta às minhas inseguranças, ouviu minhas primeiras aulas e me ajudou a apurar minha prática docente. Com ela a vida é colorida como o Caminito.

Ao meu pai, Luiz, e ao meu padrasto, Valcionir. À minha sogra, Vivian. Ao Marcelo, sogro e grande amigo, pelas palavras de sabedoria e pelas oportunidades de trabalho que me ajudaram a seguir durante o início da graduação.

Aos amigos Vinícius e Bárbara, que, no aguardo de minha formatura, programaram para o próximo ano seu périplo pelo mundo. Sempre foram um ponto de conforto e de risada. Espero logo encontrá-los em algum canto de *nuestra América*.

Aos professores, colegas estudantes e à direção da Escola de Educação Básica Professora Tânia Mara Faria e Silva Locks. Em especial, agradeço à professora Márcia, minha primeira referência na área de História.

Ao Centro Acadêmico Livre de História, meu primeiro espaço de militância. À Juventude Comunista Avançando, organização que admiro e à quem devo o início da minha formação política.

Ao amigo Artur Favaretto, que primeiro me recebeu na UFSC e que, com todo o carinho, segue me acompanhando. À Carolina Tucci, amiga querida, exemplo de historiadora. À Evelin Carvalho, amiga e companheira de estágio. Com ela as noites de quarta-feira foram mais leves.

Ao Einstein Floripa, seus organizadores, professores e alunos. Ao Cursinho do Zinga, espaço que me redescubro todas as vezes em que entro em sala de aula. Ao Matheus Flores, amigo historiador que carrego profundamente em meu coração. Aos colegas do PIBID, em especial à Maria Luiza e aos professores Alex Degan, Camilo Araújo e Eduardo Silva.

À Cris e ao Milano, sempre carinhosos e atenciosos, figuras fundamentais na trajetória de todos os estudantes do curso. Aos professores e professoras do Departamento de História. Em particular, agradeço ao professor do Departamento de Metodologia do Ensino, Sandor Bringmann, por toda compreensão ao longo da disciplina de Estágio. Por sua parcimônia, eu e meus colegas pudemos nos dedicar sem maiores tensões à escrita do Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos servidores e trabalhadores terceirizados da UFSC, por todo comprometimento e trabalho ao longo dos últimos anos para que nossa universidade se mantivesse de pé.

À professora Janine Gomes da Silva, que orientou a elaboração do projeto deste trabalho.

Ao professor Giovanny Simon, que, ainda quando este trabalho estava apenas no plano das ideias, gentilmente me indicou caminhos à seguir. À ele agradeço profundamente por aceitar a participação em minha banca de defesa.

Ao professor Paulo Pinheiro Machado, meu orientador e minha grande inspiração no ofício de historiador.



Mas não, não só com a cabeça os comunistas fazem a sua política, como se ela comportasse apenas cálculos imediatistas e frios objetivos. Para eles política era vida e a vida se vive com a cabeça que raciocina e com o coração que ama (AMADO, 2011, p.241).

## RESUMO

O presente trabalho visa contribuir para a compreensão das disputas memoriais envolvendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no contexto de suas comemorações de centenário em 2022. Para tanto, foram analisadas as condições de fundação do partido em 1922 e, de maneira mais aprofundada, a conjuntura que sedimentou a divisão dos comunistas entre as décadas de 1940 e 1960. Na investigação das disputas memoriais, foram mobilizados os conceitos de Michael Pollak de *enquadramento de memória* e de *trabalho da memória em si*. Para o empreendimento da análise foram elencados dois marcos memoriais: a cisão de 1962 e a reivindicação memorial sobre o legado de Luiz Carlos Prestes. Como conclusão, afirma-se que a tradição comunista brasileira inaugurada em 1922 não é e tampouco poderia ser reivindicada de maneira monopolista por nenhum partido, sendo parte da tradição revolucionária de qualquer agrupamento comunista contemporâneo. Com relação às reivindicações sobre a continuidade institucional dos partidos, este trabalho não procura afirmar a existência do “verdadeiro” partido centenário, mas compreender os mecanismos memoriais acionados pelas agremiações em suas pretensões memoriais. Assim, verificou-se a fragilidade da reivindicação memorial do PCdoB, tendo em vista seu necessário trabalho de enquadramento de memória a partir da cisão de 1962. Com relação ao PCB, considerou-se que esta agremiação atravessou um *período calmo da memória* até a década de 1990, quando se pôde perceber um necessário trabalho enquadramento de memória e contraposição de sua história diante do PCdoB.

**Palavras-chave:** memória; comunismo; PCB; PCdoB.

## ABSTRACT

The present work aims to contribute to the understanding of memory disputes involving the Brazilian Communist Party (PCB) and the Communist Party of Brazil (PCdoB) in the context of their centenary celebrations in 2022. To this end, the party's founding conditions in 1922 were analyzed and, in more depth, the historical conjuncture that has paved the way for the communist split between 1940s and 1960s in Brazil. Throughout the present investigation regarding memory disputes, Michael Pollak's concepts of memory framing and memory work in itself were mobilized. For the analysis undertaking, two memorial landmarks were highlighted: the 1962 split and the memory claim over Luiz Carlos Prestes's legacy. In conclusion, it is stated that the Brazilian communist tradition inaugurated in 1922 is not and could not be monopolistically claimed by any party, actually being part of a revolutionary tradition rooted in any contemporary communist organization. In what concerns the institutional continuity of these political parties, this work does not seek to affirm the existence of one solely "truthful" centenary party. Due to the excessive historiographical production written and the necessary work of memory framing from 1962 on in order to justify PCdoB's claiming, one can verify the fragility of their view point. On the other hand, regarding PCB, a similiar process of memory framing could be seen with greater emphasis from 1992 onwards, a period of greater vulnerability for the party.

**Keywords:** memory; communism; PCB; PCdoB.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
BOC	Bloco Operário-Camponês
CC	Comitê Central
CNOP	Comissão Nacional de Organização Provisória
FDLN	Frente Democrática de Libertação Nacional
GPNR	Governo Popular Nacional Revolucionário
IC	Internacional Comunista
MCI	Movimento Comunista Internacional
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MUT	Movimento de Unificação dos Trabalhadores
PC	Partido Comunista
PCA	Partido Comunista da Argentina
PCB	Partido Comunista do Brasil (entre 1922 e 1961)
PCB	Partido Comunista Brasileiro (entre 1961 e 2022)
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: DA FORMAÇÃO (1922) À CRISE DA POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL (1948)</b> .....	<b>16</b>
2.1	PARTIDO COMUNISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA.....	16
2.2	VIRADAS TÁTICAS (1924-1935).....	19
2.3	A POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL (1943-1948) .....	23
<b>3</b>	<b>A QUESTÃO NÃO É SEMÂNTICA: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL</b> .....	<b>27</b>
3.1	O MANIFESTO DE AGOSTO (1950).....	28
3.2	DA DECLARAÇÃO DE MARCO DE 1958 À CISÃO DE 1962.....	31
<b>4</b>	<b>MEMÓRIA E HISTÓRIA EM DISPUTA</b> .....	<b>40</b>
4.1	A MEMÓRIA NA FORMAÇÃO COMUNISTA .....	40
4.2	CISÃO DE 1962: DISPUTA DE MEMÓRIA .....	42
4.3	LUIZ CARLOS PRESTES: DISPUTA PELO LÍDER COMUNISTA .....	46
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ano de 2022 é, seguramente, um momento importante no teatro da memória (SAMUEL, 1997) e da história brasileira. Eventos marcantes, comemorações e efemérides acumulam-se: 90 anos do voto feminino; 30 anos do impeachment de Fernando Collor; 200 anos da independência; 100 anos da Semana de Arte Moderna; 100 anos do Levante do Forte de Copacabana e, entre outros aqui não listados, os 100 anos do Partido Comunista *no* Brasil<sup>1</sup>.

As comemorações do centenário do Partido Comunista ensejaram uma antiga disputa de memória. Um século depois de sua fundação, três organizações políticas reivindicam para si o legado da mais antiga agremiação política brasileira em atividade. É certo que diversos outros agrupamentos comunistas identificam em 1922 um momento histórico na organização do movimento revolucionário brasileiro e se reconhecem como herdeiros desta tradição. Os objetos de estudo deste trabalho, no entanto, estão relacionados aos partidos que procuram afirmar uma continuidade não somente ideológica, mas também institucional com o partido de 1922.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) afirmam em seus textos, estatutos e congressos serem o “verdadeiro” Partido Comunista fundado há cem anos. Estas organizações possuem uma origem comum, porém, após um longo período de divergências internas, iniciadas na década de 1950 com a alteração da tática política do partido - influenciada pelos efeitos da conjuntura política internacional e nacional - se dividiram.

A cisão se concretizou em fevereiro de 1962, quando um grupo liderado por João Amazonas decidiu reorganizar o partido em uma Conferência Extraordinária. Neste evento, optou-se pela manutenção do nome original da agremiação “Partido Comunista do Brasil”, mas sua sigla foi alterada para PCdoB (Ver nota 1). Na visão desta corrente, o partido teria sido depurado e “reorganizado”. Ou seja, o PCdoB não seria um novo partido, mas a continuidade daquele fundado em 1922. Neste ponto de vista, o PCB estaria contaminado por ideias burguesas, e já não seria o Partido de 1922. Divididas a partir de então, as duas organizações passaram a

---

<sup>1</sup> As disputas sobre o Partido Comunista começam em torno do nome da organização. Fundado em 1922 tendo por título “Centro do Partido Comunista do Brasil”, chamado de “Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista” e mais conhecido como “Partido Comunista do Brasil”, com a sigla PCB, a agremiação será renomeada em 1961, passando a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Em 1962 o grupo dissidente (ou uma reorganização?) retomou o nome original “Partido Comunista do Brasil” alterando a sigla para PCdoB.

reivindicar para si sua constituição como o “verdadeiro” partido do proletariado.

Há, no entanto, uma terceira agremiação que também reivindica sua origem histórica no “Partido de 1922”. Trata-se do partido Cidadania, originado a partir de disputas que envolveram diferentes concepções políticas no seio do PCB, e que culminaram durante a realização de seu X Congresso. Realizado em 1992, após o colapso da União Soviética, o Congresso decidiu reorganizar o partido, abrindo mão do seu nome e de seus símbolos comunistas, originando uma nova agremiação, o Partido Popular Socialista (PPS), que, a partir de 2019, foi renomeado para Cidadania. Este partido continua a afirmar sua origem centenária - nas palavras de um de seus partidários, o historiador Ivan Alves Filho – ao argumentar que os comunistas “mudaram o partido e não de Partido”, pois preservaram “suas partes vivas, a saber a ética, a democracia e a noção de justiça social” que seria “a maior herança do comunismo brasileiro”. O partido, no entanto, assumiu de vez sua guinada à direita a partir de 2013, quando estabeleceu vínculos com movimentos de caráter liberal: “o Partido entendeu que o liberalismo era uma conquista do processo civilizatório, afirmando o papel do indivíduo perante o Estado. Eis o que não entrava em contradição com os direitos sociais que os comunistas sempre defenderam” (ALVES FILHO, 2020).

Ainda durante a realização do X Congresso, militantes do Movimento Nacional em Defesa do PCB, contrários à liquidação do partido que conformaria a formação do PPS, se retiraram do evento e realizaram, no mesmo dia, uma Conferência Extraordinária de Reorganização, que decidiu manter o partido em atividade com seu nome, símbolos e sigla histórica. Esta seria a “Fênix Vermelha” que “soube operar sua depuração e organizar” a “Reconstrução Revolucionária a partir de 1992” (PINHEIRO, 2022).

Nos limites deste trabalho, a disputa de memória pelo legado comunista será investigada a partir do PCdoB e do grupo que procurou reorganizar o PCB a partir de 1992, por entender que estes partidos, ainda hoje, mantem seus símbolos ao procurar mobilizar a história comunista como fator de ação política no presente. Portanto, os mecanismos memoriais utilizados pelo Cidadania não serão estudados diante de um evidente processo de descontinuidade entre esta agremiação e o partido de 1922, partido histórico que é referenciado apenas de maneira pretérita e utilizado como base para “evolução” posterior dos comunistas que agora se apresentam como liberais.

Assim como a cisão de 1962 pode ser interpretada como momento de ruptura que originou uma nova agremiação - o PCdoB - a cisão de 1992 também poderia ser entendida no mesmo sentido, e, desta maneira, o atual PCB teria sua formação há apenas 30 anos. Neste sentido, nenhum dos partidos seriam, de fato, centenários. No entanto, considerar apenas este aspecto formalista da concepção destes partidos ignora as próprias construções que estas organizações fazem de si mesmo.

Neste sentido, no fio da navalha do trabalho historiográfico entre julgar e compreender (BLOCH, 2001), este trabalho possui como objetivo *compreender os mecanismos memoriais ativados pelos partidos em suas reivindicações centenárias*. Descarta-se, portanto, o estabelecimento de um veredito sobre a qual seria o “verdadeiro” partido de 1922.

Para o empreendimento deste objetivo, julgou-se necessário investigar a origem da organização dos comunistas no Brasil e os motivos que os levaram à cisão de 1962. O estudo da história dos comunistas brasileiros carrega consigo os desafios de se estudar qualquer tipo de partido comunista, quais sejam, a noção de que não se pode compreender a trajetória destas organizações sem que se considere dois níveis de articulação: o nacional e o internacional (ANDERSON, 1984). Estes dois níveis irão influenciar decisivamente a criação do partido em 1922 e a cisão dos comunistas em 1962.

Procurando conciliar o estudo histórico dos aspectos nacionais e internacionais e as disputas memoriais dos partidos, o trabalho está metodologicamente dividido em três capítulos. Para sua execução, foram consultadas fontes primárias ligadas à história dos partidos, como estatutos, documentos políticos e depoimentos de memória, como os de Astrojildo Pereira (2022). Entre as bibliografias, o trabalho está baseado em duas linhas principais: uma relacionada com a história política dos comunistas, que reúne trabalhos historiográficos especializados, com destaque para os trabalhos de Moisés Vinhas (1982), e Anita Leocádia Prestes (2015, *et al*); e outra, assentada nos estudos sobre memória, fundamentada sobretudo nas reflexões de Michael Pollak (1989, 1992) e Dulce Pandolfi (1995). O trabalho está, desta maneira, inscrito tanto no campo da história política, como no campo da história cultural.

No primeiro capítulo, intitulado *Partido Comunista do Brasil: da formação (1922) à crise da política de União Nacional (1948)* procurou-se analisar a criação da agremiação de 1922, sua origem no seio do anarquismo brasileiro e suas relações



com o Movimento Comunista Internacional (MCI), particularmente, a procura por sua legitimidade frente à Internacional Comunista (IC); em seguida, são analisados os primeiros anos de vida do partido que, entre as décadas de 1920 e 1930 sofrera profundas mudanças táticas, com destaque para a política de proletarização e sua guinada esquerdista<sup>2</sup>, período em que Luiz Carlos Prestes ingressou no PCB sob influência direta da IC; por fim, a política de União Nacional do partido, implementada durante a Segunda Guerra Mundial, é apresentada como um momento fundamental na história partidária, pois, reorganizados em 1943 após a Conferência da Mantiqueira – momento em que Prestes assume a secretaria-geral e ascende uma nova direção partidária – os comunistas passam a influenciar definitivamente a vida nacional como um grande partido de massas, ainda que esta mesma política viria desarmar seus militantes na resistência contra a perseguição do governo Dutra a partir de 1947.

No segundo capítulo, *A questão não é semântica: Partido Comunista do Brasil e Partido Comunista Brasileiro*, são examinados os motivos pelos quais os comunistas se dividiram em 1962. Nesta seção, procurou-se analisar importantes documentos políticos da história partidária, como o *Manifesto de Agosto de 1950*, que inaugurou a guinada tática esquerdista do partido após o fim da política de União Nacional. Em seguida, diante do fracasso da política à esquerda, são analisados os contextos de mais uma virada tática do partido, com a ascensão de uma nova política, decisivamente marcada pela conjuntura nacional (suicídio de Vargas e eleição de Kubitschek) e internacional (relatório de Nikita Khrushchov no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética). Aqui, a *Declaração de Março de 1958* é investigada como documento-chave para a compreensão da cisão de 1962. A partir desta Declaração, intensos debates irão ocorrer na imprensa partidária durante a preparação para o V Congresso do PCB, a ser realizado em 1960. Artigos de Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar, críticos da nova política e futuros fundadores do PCdoB são examinados, de maneira a demonstrar o processo de fragmentação partidária que já estava em curso. Por fim, é discutida a alteração do nome do partido em 1961, utilizado como argumento principal pelos militantes que provocariam a cisão e a (re)organização do PCdoB em fevereiro de

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, o termo “esquerdismo” é utilizado no sentido leninista de sua compreensão, relacionando-se com a fraseologia revolucionária e noções voluntaristas de assalto imediato ao poder.

1962.

No último capítulo, *Memória e história em disputa*, realiza-se uma discussão sobre a importância da memória na formação da identidade comunista, mobilizando conceitos presentes na obra de Michael Pollak (1989), como o de *enquadramento de memória*, para compreender a construção histórica que PCB e PCdoB fazem de si mesmos. Nesta seção, são elencados dois *marcos memoriais* nas histórias partidárias: a cisão de 1962 e a disputa pelo legado político de Luiz Carlos Prestes. O primeiro marco definiu-se na medida em que ambos os partidos possuem diferentes enquadramentos de memória acerca de sua divisão, acusando-se mutuamente de fracionismo e liquidacionismo. Assim, cada partido reivindica para si o legado centenário, enquanto acusa o outro de oportunismo. Para realizar esta análise, foram selecionados documentos emitidos pelos partidos, com destaque para aqueles publicados em suas comemorações de cinquentenários e de centenários, além de posições individuais de seus militantes. Em seguida, a disputa pelo legado de Prestes é examinada. Sua trajetória política foi escolhida como marco memorial na medida em que se apresenta como elemento fundamental na compreensão da reivindicação histórica destes partidos, uma vez que Prestes faz parte não só da história dos comunistas brasileiros, mas das lutas sociais ocorridas no país durante o século XX. Sua memória se torna fator relevante de reivindicação principalmente após seu falecimento em 1990, uma vez que, ao fim de sua vida, não pertencia a nenhuma das duas agremiações. Sua morte permite que sua memória seja instrumentalizada pelos partidos. Assim, ser reconhecido como o “partido de Prestes” possui profunda dimensão simbólica, oferecendo lastro para o reconhecimento do partido histórico dos comunistas. No estudo desta disputa, foram selecionados documentos emitidos pelos partidos e por familiares do “Cavaleiro da Esperança” que extrapolam os limites da *disputa partidária*, mas que estão inseridas no contexto de *disputas políticas* pela memória. Neste sentido, a análise dos mecanismos acionados nessa reivindicação memorial tornou-se possível diante das diferentes posições tomadas pelos partidos nestas discussões.

A memória é compreendida, por fim, como elemento profundamente relacionado com a constituição das identidades comunistas e, neste sentido, como mecanismo conectado sobretudo com o presente. Assim, antes de procurar responder sobre qual partido deveria ser reconhecido como centenário, este trabalho procura identificar o porquê da memória comunista ser reivindicada na atuação

presente destas agremiações.

## **2 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: DA FORMAÇÃO (1922) À CRISE DA POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL (1948)**

### **2.1 PARTIDO COMUNISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA**

A organização dos trabalhadores brasileiros no início do século XX foi marcada por um forte ecletismo ideológico, envolvendo desde associações mutualistas (VISCARDI; JESUS, 2007), partidos socialistas (SCHMIDT, 2007) e sindicatos liderados por anarquistas (TOLEDO, 2007). Expressão da peculiaridade da formação da classe trabalhadora, o partido comunista não nasceu, aqui, a partir da cisão no interior da social-democracia – tal como em países europeus – mas sobretudo no seio das fileiras anarquistas. A revolução russa, realizada na Rússia em outubro de 1917, foi a grande catalisadora de um esforço de compreensão da teoria marxista<sup>3</sup> e, conseqüentemente, para a crescente diferenciação entre anarquistas e comunistas brasileiros (CARONE, 1978, p. 321).

Em meados de 1921, quando da realização do II Congresso da Internacional Comunista (IC)<sup>4</sup>, alguns grupos comunistas espalhados pelo Brasil - União Maximalista de Porto Alegre, Grupo Comunista do Rio de Janeiro, Grupo Comunista do Recife, Grupo Comunista de São Paulo e organizações de mesmo tipo em Niterói, Juiz de Fora, Cruzeiro e Santos - empreenderam, a partir da força catalisadora de gaúchos e fluminenses, contundente ação em direção à organização de um partido (ROIO, 2007, p.231). No contexto latino-americano, alguns partidos comunistas já haviam sido fundados, oferecendo lastro regional para a formação do partido do Brasil<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Importante considerar que a obra de Marx ainda era pouco conhecida entre os brasileiros e suas ideias chegavam quase sempre por meio de mediadores. O Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels em 1848, recebeu sua primeira tradução para português no Brasil apenas em 1924, fruto do trabalho de Octávio Brandão.

<sup>4</sup> Fundada em março de 1919, tinha por objetivo organizar o movimento comunista internacional. Seus membros deveriam estar de acordo com as 21 condições de ingresso, que visavam delimitar a diferenciação entre a social-democracia e o comunismo.

<sup>5</sup> O Partido Comunista da Argentina (PCA) foi fundado ainda em 1918; o Partido Comunista Mexicano (PCM) em 1919; o Partido Comunista do Uruguai (PCU) em 1920; o Partido Comunista do Chile (PCCh) em janeiro de 1922.

Considerando a realização do IV Congresso da IC em julho de 1922, por sugestão do Partido Comunista da Argentina (PCA) e dos comunistas gaúchos, foi tomada a decisão de antecipar a fundação do partido do Brasil para março, a tempo de solicitar a filiação à IC (ROIO, 2007, p.232). O congresso de fundação ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, no Rio de Janeiro e em Niterói. Ao todo participaram 9 delegados, representantes de setenta e três comunistas organizados pelo país. Provenientes das fileiras socialistas ou anarquistas, os participantes do congresso foram: Manuel Cendón, alfaiate de origem espanhola; Abílio de Nequete, barbeiro de Porto Alegre; Astrojildo Pereira, jornalista do Rio de Janeiro; Cristiano Cordeiro, professor de Pernambuco; Hermogêneo da Silva, eletricitista de São Paulo; João da Costa Pimenta, gráfico de São Paulo; Joaquim Barbosa, alfaiate no Rio de Janeiro; José Elias da Silva, sapateiro e marítimo no Rio de Janeiro; e Luiz Peres, vassoureiro no Rio de Janeiro (GOULART, 2013, p.39).

O trabalho do Congresso ordenou-se da seguinte maneira: 1) exame das 21 condições de admissão na Internacional Comunista, que são aceitas de maneira unânime; 2) Estatutos do Partido Comunista, estruturado quase que integralmente segundo o modelo do PCA; 3) Eleição da Comissão Central Executiva, tendo como secretário-geral, Abílio de Nequete; 4) Ação pró-flagelados do Volga; 5) Saudação à IC, à Revolução Russa, ao Bureau da IC para a América do Sul etc. (CARONE, 1982, p.2).

Em seu estatuto de fundação, composto por nove seções<sup>6</sup>, com quarenta e um artigos, ficaram definidos, entre outros elementos, o nome e os objetivos da nova organização

#### Da constituição do Partido

Art. 1.º - Fica fundada, por tempo indeterminado, uma Sociedade Civil, no Rio de Janeiro, ramificando-se por todo o Brasil, tendo por título – *Centro do Partido Comunista do Brasil*, mas que será chamado *Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista*.

Art. 2º - O Partido Comunista tem por fim promover o entendimento e a ação internacional dos trabalhadores e a *organização política do proletariado em partido de classe para a conquista do poder e consequente transformação política e econômica da Sociedade Capitalista em Sociedade Comunista* (CARONE, 1982, p.23, grifo meu).

A repercussão da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), de acordo com Astrojildo Pereira<sup>7</sup> (2022, p.64-69), a não ser nos meios sindicais, passou

---

<sup>6</sup> “Constituição do partido”, “das adesões”, “dos centros”, “das juventudes comunistas”, “da comissão central executiva”, “do Congresso”, “da administração”, “dos estatutos dos centros, núcleos e juventudes” e “da disciplina”.

completamente despercebida entre a opinião pública e os meios intelectuais: “A grande imprensa ignorou o fato, e se acaso houvesse tomado conhecimento dele certamente não o teria levado a sério”.

Para Edgard Carone (1982, p.2-3) algumas razões explicam a falta de impacto inicial da fundação do PCB: 1) ausência de tradição organizativa, disciplina partidária, coesão em torno do programa e sentimento de coletividade entre o operariado; 2) forte tradição reformista entre os trabalhadores brasileiros, representada por movimentos católicos, socialistas e cooperativistas; 3) recusa do movimento anarquista à qualquer tipo de organização, exceto os anarcossindicalistas que aceitavam a ideia de sindicatos; 4) ignorância quase completa sobre a filosofia e a tradição marxista; 5) desconhecimento sobre o bolchevismo russo e o sentido de seu movimento.

Ainda, convém recordar a grave situação política no contexto de fundação do partido, desencadeada sobretudo pela campanha de sucessão presidencial de Epitácio Pessoa. A indicação governista do nome de Arthur Bernardes para suceder o paraibano desagradou principalmente o setor militar<sup>8</sup> – com destaque para a baixa oficialidade – que passou a se organizar em torno do marechal Hermes da Fonseca. A eleição de Bernardes em 1º de março gerou uma forte escalada de tensão, culminando na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em julho de 1922 (FORJAZ, 1976). Com a imposição do estado de sítio para conter as sublevações, o PCB foi jogado na ilegalidade pouco mais de três meses após seu congresso de fundação, complicando enormemente sua difusão (PEREIRA, 2022, p.70).

Na clandestinidade, lutando por sua expansão e disputando o a condução do movimento operário com os anarquistas, o PCB, logo em seus primeiros meses de existência enfrentou uma considerável crise interna, conhecida como “O caso Canellas”.

---

<sup>7</sup> Astrojildo Pereira foi um importante quadro durante a fundação e os primeiros anos de existência do PCB. Em 1962, quando da celebração dos 40 anos do partido, lançou o livro “Formação do PCB”, uma coletânea de artigos de sua autoria, onde mobiliza a memória e a história para a formulação de sua análise. Neste sentido, alguns aspectos estão necessariamente imbuídos pela própria condição memorial de sua escrita. É possível perceber, por exemplo, uma visão teleológica sobre o passado, onde a formação do Partido Comunista em 1922 surge como um desenvolvimento natural das mobilizações operárias da década anterior e de superação do anarquismo. Ainda, é válido ressaltar que, na década de 60, Astrojildo Pereira ocupava um espaço marginalizado na direção partidária.

<sup>8</sup> As oligarquias do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco também contrárias ao nome de Bernardes formaram a Reação Republicana, lançando Nilo Peçanha como candidato à presidência.

Tendo antecipado seu congresso de fundação justamente para solicitar seu ingresso na Internacional, o partido enviou para o IV Congresso da IC o líder operário pernambucano Antônio Bernardo Canellas. Em Moscou, discursando no evento, Canellas afirmou que o socialismo do PCB seria “neutro em moral” e, por isso, o partido poderia aceitar membros da maçonaria (CARONE, 1978, p. 331-332). Em seguida, defendeu teses de reformistas franceses e de anarquistas, o que levou a IC a não aceitar a solicitação de inscrição do PCB:

Resolução sobre o Partido Comunista do Brasil

O Comitê Executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório do representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece que este Partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da Maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura centralizada (sic) do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e tática comunistas.

[...] O Comitê Executivo da Internacional Comunista decide:

1.º) Provisoriamente, o Partido Comunista do Brasil deve ser aceito na Internacional Comunista como Partido simpatizante. (CANELLAS apud CARONE, 1982, p. 34).

Após a leitura de seu relatório, já em 1923, a Comissão Central Executiva do partido deliberou pela expulsão de Canellas da organização. O impasse será resolvido apenas em 1924, quando Rodolfo Ghioldi, líder comunista do PCA, foi enviado pela IC para estudar a situação do PCB. Ghioldi concluiu que o partido estava devidamente estruturado nos moldes instituídos pela IC e que não sofria de influências pequeno-burguesas e anarquistas. O ocorrido em Moscou teria sido de responsabilidade de Canellas e não do PCB. Como resultado, o partido finalmente foi aceito, passando a compor o quadro de organizações inscritas na IC (CARONE, 1978, p.33). É apenas com o reconhecimento do PCB como membro da IC, em 1924, que se pode considerar concluído seu processo de fundação iniciado em 1922.

## 2.2 VIRADAS TÁTICAS (1924-1935)

Consolidada a formação partidária, iniciou-se a gestação de um núcleo dirigente capitaneado por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, caracterizado por um esforço maior em compreender a formulação teórica dos bolcheviques. Por sugestão de Astrojildo Pereira, Brandão elaborou uma análise geral da formação social brasileira, onde procurou entender a crise da dominação oligárquica e as perspectivas da classe operária e da revolução. Em seu opúsculo *Agrarismo &*

*Industrialismo*, Brandão buscou sistematizar as ideias que deveriam orientar a ação dos comunistas. Assim, para o PCB, a burguesia não estaria minimamente disposta para qualquer transformação política e social, recusando-se, inclusive à ideia basilar de legislação protetora do trabalho. A expectativa de alteração da realidade social – dada a profunda fragmentação da classe operária - voltava-se para a movimentação tenentista, que, segundo se compreendia, representaria os interesses da pequena burguesia (ROIO, 2007, p.235).

Em meados de 1924 a IC realizou seu V Congresso, onde decidiu-se por uma maior centralização da entidade, dos partidos-membros, e pela priorização da organização operária no chão da fábrica. A diretriz mobilizou o PCB, e sua atividade sindical se intensificou, levando o partido a propor um Bloco Operário que envolvesse partidos, grupos e personalidades. Transformado, em 1927, em Bloco Operário-Camponês (BOC)<sup>9</sup> – visando adequar à linguagem presente em diferentes países da América Latina – o BOC seria a expressão de uma política de frente única de organizações operárias e populares. Demonstrando a autonomia do PCB em relação à política de “bolchevização” da IC (MAZZEO, 2022, p.78), a primeira medida de ordem prática da nova linha política foi o envio de Astrojildo Pereira à Bolívia para se encontrar com Luiz Carlos Prestes - exilado no país após o fim da Coluna Prestes – e debater o projeto comunista de aliança com a pequena burguesia (ROIO, 2007, p.236-238).

A interferência da IC na política do PCB se conformaria após a ascensão de Stálin na direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). De acordo com Antônio Carlos Mazzeo (2022, p.80), a “stalinização” se expandiu para todos os organismos vinculadas ao Komintern, reforçando o dogmatismo e a implementação de análises esquemáticas da realidade realizadas pelo órgão central soviético.

Em uma das resoluções do seu VI Congresso, realizado no início de 1929, a IC apontou a necessidade de maior atenção para a América Latina. Em junho, foi organizado em Buenos Aires a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e Caribe, onde a IC condenava a aproximação com a pequena burguesia e

---

<sup>9</sup> “O elemento ‘camponês’ representava apenas uma palavra incluída no BOC, era um desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses” (PEREIRA, 2022, p.113).

defendia uma política de proletarização dos quadros partidários (VIANNA, 2007, p.334).

A indicação de August Guralski para o Secretariado Sul-Americano da IC intensificaria esta política. Segundo Mazzeo (2022, p.80), o lituano seria responsável pelo aprofundamento do sectarismo no Comitê Central (CC) do PCB, ao apoiar tendências “obreiristas” e hostis aos intelectuais. Em 1929 ocorrera, por fim, a desagregação do núcleo dirigente original, com o afastamento de Astrojildo Pereira e de Octávio Brandão e a dissolução do BOC, iniciando um processo de proletarização do partido, tendo em vista o combate aos “perigos de direita”.

No início da década de 1930, o partido passou a ser liderado por Antônio Maciel Bonfim, conhecido como Miranda. Sua direção caracterizou-se pelo “baluartismo”, ou seja, pela hipervalorização de acontecimentos como as greves operárias e o cangaço, observados como frutos de uma situação revolucionária e início da atividade guerrilheira. Ainda, a implementação da política de proletarização demonstrou-se desastrosa, isolando o partido dos poucos setores sociais mais amplos em que estava inserido. O sectarismo fez com que o partido contrariasse inclusive a IC, no que diz respeito ao contato com Prestes (VIANNA, 2007, p.335-340). Os dirigentes da IC acreditavam que Prestes seria um quadro importante, que valeria a pena investir, dada sua gradativa adesão ao comunismo. Assim, foi solicitado que o PCB alterasse sua política de hostilidade com Prestes e de combate ao “prestismo”. Por intermédio da IC o Cavaleiro da Esperança foi enviado para Moscou com sua família em 1931, onde iria trabalhar como engenheiro e aprofundar seus estudos no marxismo-leninismo (PRESTES, 2015, p.138-139).

Com a ascensão do fascismo internacionalmente e o crescimento de sua expressão nacional, o integralismo, pequenos comitês foram criados pelas forças democráticas para a luta contra as forças reacionárias e para o enfrentamento ao fascismo e à guerra. Com a ofensiva do governo de Vargas e a proposta de Lei de Segurança Nacional em março de 1935, conhecida como “Lei-Monstro”, intensificou-se a mobilização popular, congregando diferentes setores, organizações e personalidades na formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) (PRESTES, 2015, p.167).

Em seus manifestos iniciais a ANL não tinha definido um projeto de tomada do poder, e se caracterizava como uma agremiação de caráter nacional-libertador, anti-imperialista, antilatifundiária e democrática. Inicialmente o PCB recusou sua



adesão à ANL - argumentando uma possível dissolução do partido em uma frente ampla, similar ao que acontecera na organização do BOC - situação que se alteraria apenas com a participação de Prestes, em abril de 1935, após ser aclamado presidente de honra da entidade durante sua fundação ocorrida no mês anterior. A adesão de Prestes preencheria a ausência de projeto da ANL e valorizou o papel da classe operária neste processo ao lançar a palavra de ordem de um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR) (VIANNA, 2007, p. 343-344).

O ingresso de Prestes trouxe popularidade ainda maior para a entidade que, dirigida por antigos “tenentes”, personalidades progressistas e militantes do PCB, percebeu um aumento de suas adesões. Setores da classe média, segmentos do movimento operário e de jovens militares compunham a maior parte dos membros da ANL, que passou a organizar grandes atos públicos e a luta (inclusive com confrontos de rua) contra os integralistas (PRESTES, 2015, p.168).

Com o crescimento da ANL, a perseguição do governo Vargas se intensificou, e o decreto de fechamento da entidade utilizou como pretexto a publicação de um manifesto assinado por Prestes onde era lançado a palavra de ordem de “Todo poder à ANL”, que tinha por objetivo demonstrar que não se pretendia implementar uma revolução socialista no Brasil, e sim a plataforma da ANL, de caráter nacional-libertador (VIANNA, 2007, p.345). O fechamento da entidade ocorreu sem maiores protestos populares, demonstrando a incipiência da organização do movimento aliancista e a superestimação, por parte de seus dirigentes, de suas forças, de maneira que não foi possível enfrentar a reação preparada pelo governo.

Na clandestinidade, vários membros da ANL afastaram-se de suas atividades, restando a atuação dos comunistas, que assumiram o controle da entidade. Partindo de uma análise incorreta da realidade brasileira e de concepções golpistas, o PCB passou a afirmar a existência de uma situação revolucionária no Brasil e intensificou os chamados à luta armada e à insurreição. Alguns levantes aconteceram em novembro de 1935 e logo foram derrotados pelas forças da repressão. Importante destacar que não se trataram levantes para estabelecer o comunismo no país, conforme a história oficial passou a interpretar o movimento que ficaria conhecido pejorativamente como “Intentona Comunista”, mas em defesa do projeto da ANL de GPNR (PRESTES, 2015, p.175-176, 184).

Em seguida à derrota do movimento aliancista, seguiu-se uma intensa repressão desencadeada pelo governo de Vargas e, especificamente, pela polícia

comandada por Filinto Müller. Dirigentes foram perseguidos, mortos e torturados, inaugurando um dos períodos mais difíceis da história do PCB que, por muito pouco, não pôs fim à breve história do partido. Sua reorganização aconteceria apenas na década de 1940, momento em que a situação política internacional mobilizaria setores outrora antagônicos na luta contra o nazifascismo.

### 2.3 A POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL (1943-1948)

Durante a ditadura do Estado Novo a atuação do PCB tornou-se muito restrita e, entre 1938 e 1942, com a prisão de diversos dirigentes regionais e nacionais, o partido, como organização centralizada, praticamente deixou de existir. Sua reorganização partiu de grupos comunistas dispersos pelo país, e pode ser compreendida no contexto de ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial e do avanço do movimento democrático nacional diante da contradição de enfrentamento do fascismo internacionalmente e a manutenção de uma ditadura interna (SEGATTO, 1981, p.44-45).

A rearticulação do partido foi liderada sobretudo pelo Comitê Estadual da Bahia, grupo mais organizado nacionalmente, tendo em vista, inclusive, a transferência do CC para Salvador após a insurreição de 1935. Diógenes de Arruda Câmara, dirigente baiano, foi o grande ponto de contato com o grupo do Rio de Janeiro, onde estruturou-se a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), sob o comando de Amarílio Vasconcelos e do ex-militar Maurício Grabois, que possuía contato com Prestes, na prisão desde 1936. Este grupo compreendia o enfrentamento ao nazifascismo como elemento primordial de luta no momento, de maneira que as críticas à ditadura de Vargas deveriam ser suspensas. À vitória, no plano internacional, sucederia, inevitavelmente, a democratização interna (VINHAS, 1982, p.74).

O aval de Prestes à CNOP funcionou como trunfo para este grupo, que teve de enfrentar outras correntes no processo de reorganização do partido. Em primeiro lugar, articulou-se um movimento, liderado por Fernando Lacerda, conhecido “browderismo” que, na esteira da dissolução da IC, em 1943, propunha a liquidação dos partidos comunistas e o ingresso de seus militantes em uma frente única, como gesto político de boa vontade para os governos aliados. Por último, existiu uma corrente paulista, contrária à liderança de Prestes e que entendia que o esforço na

luta contra o nazifascismo deveria ser empreendido ao lado da crítica e do combate interno à ditadura de Vargas (SEGATTO, 1981, p.46).

A hegemonia da CNOP foi confirmada na realização da II Conferência Nacional do PCB, conhecida como Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943. Considerada uma refundação do Partido de 1922, a conferência consagrou a linha política de União Nacional contra o fascismo, apoio total ao governo Vargas no esforço de guerra, luta pela anistia, pela normalização do regime institucional e pela legalidade do PCB. Ascendeu, neste momento, uma nova direção partidária, encabeçada por Prestes, nomeado secretário-geral (ainda na prisão) e composta, entre outros nomes, por Diógenes de Arruda Câmara, Pedro Pomar, Maurício Grabois e João Amazonas (VINHAS, 1982 p.75). Esta direção foi formada, em boa medida, por militantes que participaram da insurreição de 1935, com marcante presença de ex-militares e civis prestistas (SEGATTO, 2003, p. 220).

Sobre a formação da nova direção partidária e a adesão de Prestes à CNOP, Anita Prestes (2015, p.243-244) considera que

Não se tratava de mero convite, mas de uma convocação irrecusável. Segundo a mentalidade imperante à época entre os comunistas, caso Prestes não aceitasse tal imposição, seria acusado de oportunismo e de abandono da luta revolucionária, execrado como inimigo e traidor do proletariado e dos ideais comunistas. Dessa forma, Prestes se viu compelido a assumir a direção de um partido cujos dirigentes e militantes eram por ele desconhecidos. Viu-se forçado a integrar um núcleo dirigente de cuja formação não havia participado. E as consequências de tal situação não tardariam em se fazer presentes. [...] Embora fizesse parte do núcleo dirigente e compartilhasse, no fundamental, das mesmas concepções nacional-libertadoras do grupo, a inserção de Prestes foi incompleta, pois a máquina partidária em construção escapara de seu controle. Prestes ficara nas mãos de Arruda e do novo núcleo dirigente – controlado por Arruda, Amazonas e Grabois – com poucas possibilidades de alterar o rumo dos acontecimentos pré-traçados pela nova direção.

Com o avanço do movimento democrático nacional, a derrota do nazifascismo no plano internacional e a conquista de sua legalidade em março de 1945, sob a política da União Nacional, o PCB tornou-se um grande partido de massas, saindo de pouco mais de 100 militantes ativos em 1942 para quase 200 mil em 1946 (SEGATTO, 1981, p.42). O partido ampliou sua atuação com a criação de dezenas de Comitês Populares e Democráticos, presente nos bairros, que buscavam soluções para seus problemas e promoviam atividades relativas à instrução, saúde, lazer, habitação e saneamento básico (SILVA, 2007, p.104). No campo sindical, o PCB atuou decisivamente na criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), esboço de uma entidade intersindical que desenvolveu

intensa atividade na campanha por uma anistia ampla e irrestrita, que seria decretada em abril de 1945 (OLIVEIRA, 2017, p.78). A imprensa partidária alcançou expressiva proporção com o lançamento de diários por todo o Brasil. Grandes comícios e atos públicos foram organizados, onde Prestes, principal liderança do partido e figura popular em todo o país, defendia a política comunista de “União Nacional”:

[...] cabe igualmente a todos nós, os democratas do mundo inteiro, apoiar e sustentar a colaboração das três grandes potências, lutando sem repouso pela paz interna em nossa própria pátria, não poupando esforços para encontrar sempre a solução harmônica e pacífica de todas as divergências e contradições de classes que porventura nos possam separar e dividir. [...] Na realização progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei [...] está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social que atravessamos. E é por estarmos convencido disto que, num gesto de lealdade e de superior patriotismo, estendemos a mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos. Só assim alcançaremos a verdadeira união nacional sem a qual seremos presa fácil do fascismo e dos agentes do capital estrangeiro mais reacionários que, na defesa de seus interesses fomenta desordem e prega desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo o transe evitar. Esta a nossa posição, a linha política de nosso partido - unificação nacional para iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais e chegarmos, de maneira pacífica, através de eleições livres e honestas, à Assembleia Constituinte e à reconstitucionalização democrática que todos almejamos. [...] A união, ou o caos; a democracia ou a desordem; o desenvolvimento pacífico ou a guerra civil - são os dilemas que defrontamos (União Nacional para a democracia e o progresso – 23/05/1945. PRESTES, 1982a, p.31, 40).

Os comunistas acreditavam, portanto, em uma solução pacífica e democrática, indicavam que a “democracia burguesa se volta para a esquerda”, ampliavam seu leque de alianças com a pequena burguesia e com uma suposta burguesia nacional contra o “capital estrangeiro e colonizador”. A oposição fundamental, neste momento, não seria observada entre capital e trabalho, mas sobretudo entre nação e imperialismo (PRESTES, 1982a, p.29).

A eleição do general Eurico Gaspar Dutra à presidência, em dezembro de 1945, - após a deposição de Vargas e a presidência interina de José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) que perseguiu os comunistas - alçou ao poder uma corrente política liberal, submissa aos interesses dos Estados Unidos e comprometida com um projeto político de destruição das bases nacionalistas estabelecidas por Getúlio durante o Estado Novo (REIS FILHO, 2002, p. 73).

No entanto, no mesmo pleito eleitoral, o PCB alcançou significativa vitória. O partido, com Prestes à frente – uma liderança que contava com grande prestígio

entre as massas - se beneficiou da simpatia que então cercava a União Soviética após a Segunda Guerra e apresentou-se como uma grande novidade na realidade política nacional (VINHAS, 1982, p.87). Seu candidato à presidência, Yedo Fiúza, obteve 10% dos votos; Prestes foi eleito ao senado pelo Distrito Federal com a maior votação proporcional da história brasileira até então; a bancada comunista, com catorze deputados eleitos à Assembleia Constituinte<sup>10</sup> - Abílio Fernandes (RS), Alcides Sabença (RJ), Agostinha Dias (PE), Alcedo Coutinho (PE), Batista Neto (DF), Carlos Marighella (BA), Claudino José da Silva (RJ), João Amazonas (DF), José Maria Crispin (SP), Jorge Amado (SP), Gregório Bezerra (PE), Maurício Grabois (DF), Osvaldo Pacheco (SP) e Mário Scott (SP) - firmou-se como a quarta maior em número de parlamentares (PRESTES. 2015, p.261).

Na constituinte o partido atuou na defesa do caráter democrático da nova Carta. Lutou pela autonomia sindical, direito irrestrito de greve, voto aos analfabetos, reforma agrária e liberdade religiosa (VINHAS, 1982, p.88). A atuação e a expansão dos comunistas deixaram as classes dominantes em estado de alerta e, ainda em 1946, iniciou-se o fechamento do cerco ao PCB. O início da guerra fria, internacionalmente, serviu como pretexto ideal no processo de luta anticomunista (CARONE, 1980, p.10-11).

As ameaças se aprofundaram com a ofensiva que buscava cassar o registro do partido. Os comunistas se mobilizaram, mas não conseguiram impedir o avanço da reação. Neste processo, a política de União Nacional foi mantida em busca de uma aliança com supostos setores nacionalistas e progressistas do governo. O PCB não percebia a profundidade do anticomunismo instaurado e a determinação das forças reacionárias de conter o avanço democrático no país.

Afinal, o Partido foi colocado na ilegalidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por 3 votos a 2 os magistrados acataram as denúncias contra os comunistas:

- a) que o partido é uma organização internacional orientada pelo comunismo marxista-leninista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- b) que, em caso de guerra contra a Rússia, os comunistas ficariam contra o Brasil;
- c) o partido é estrangeiro está a serviço da Rússia (BRASIL, 1947).

<sup>10</sup> O Código Eleitoral de 1945 proibia o voto de analfabetos, “mendigos” e militares em serviço ativo – salvo os oficiais. Ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Em uma população estimada em cerca de 40 milhões de pessoas, cerca de 6 milhões de eleitores foram responsáveis pela escolha do novo presidente. Ver mais em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_no\\_Brasil\\_em\\_1945](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_1945) e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_do_Brasil).

Ainda, o partido foi acusado de possuir dois estatutos, um apresentado para a Justiça Eleitoral e adequado ao sistema democrático brasileiro, e outro, que orientaria seus militantes internamente. Ao final, uma questão semântica foi utilizada como pretexto para a cassação: por ser Partido Comunista *do Brasil* e não *Brasileiro*, a organização atenderia interesses estrangeiros em território nacional, o que contrariava a legislação (BRASIL, 1947).

A cassação surpreendeu os comunistas, que não esperavam uma decisão desfavorável. Suas sedes foram fechadas e 143 sindicatos sofreram intervenção. O golpe final aconteceria em janeiro de 1948, quando, por pressão do governo Dutra, o Congresso aprovou a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Em outubro, todos os funcionários públicos suspeitos de pertencerem ao PCB foram demitidos (PRESTES, 2015, p.275).

Ao final da década de 1940 PCB, sob a política de União Nacional, havia se transformado em um grande partido de massas. Esta política, no entanto, influenciada pela luta internacional contra o nazifascismo, não esteve acompanhada de uma necessária crítica interna e da construção de forças sociais e políticas que projetassem uma transformação socialista da sociedade brasileira. O partido pensou ser possível se aliar à uma suposta burguesia nacional progressista contra o imperialismo e elementos reacionários do governo e, em defesa da paz e da ordem em nome da democracia, não avançou em seu projeto revolucionário. Transformou-se, por fim, em um partido nacional-libertador e progressista, onde a oposição fundamental era observada entre nação e imperialismo, relegando a luta de classes para um segundo momento.

Na ilegalidade e desiludido com a democracia liberal, o PCB empreendeu um processo de radicalização política. De partido de massas para a agrupamento clandestino, os comunistas irão inaugurar uma nova fase de sua história, marcada por confusões ideológicas, sucessivas viradas táticas à esquerda e à direita e, enfim, sua divisão.

### **3A QUESTÃO NÃO É SEMÂNTICA: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**

### 3.1 O MANIFESTO DE AGOSTO (1950)

A intensificação da repressão aos comunistas empreendida pelo governo Dutra, no contexto de aprofundamento da guerra fria, levou o PCB novamente à clandestinidade. Prestes se tornou o principal alvo da repressão, algo que trouxe prejuízos em seu papel à frente da secretaria geral do partido. A clandestinidade

viria a propiciar seu isolamento pelo Secretariado do Comitê Nacional do PCB, à frente do qual se encontrava Diógenes de Arruda Câmara, secretário de organização do partido. Prestes ficou “prisioneiro” de Arruda, que passou a dirigir o PCB falando em seu nome. O secretário-geral do partido permaneceu emparedado durante dez anos de clandestinidade necessária, mas que certamente poderia ter sido menos rigorosa, se a chamada “disciplina partidária” não o tivesse forçado a seguir as determinações do Secretariado Nacional. [...] A alegação da necessidade de garantir a segurança do secretário-geral serviu de pretexto para, durante os dez anos de clandestinidade (1948 a 1958), impedir Prestes de participar das reuniões partidárias. Durante todo o ano de 1948, ele permaneceu privado de qualquer contato com os membros da direção do partido. A partir de 1949, após escrever várias cartas protestando contra o isolamento a que estava sendo submetido, passou a participar de alguns encontros do Secretariado Nacional e, mais tarde, eventualmente, de uma ou outra reunião da Comissão Executiva. Em contato apenas com reduzido número de membros do Secretariado e alguns militantes responsáveis pela manutenção dos poucos “aparelhos” que frequentava, Prestes era mantido distante tanto da direção quanto da militância do partido. Assim, as informações que lhe chegavam a respeito da organização não poderiam deixar de ser limitadas e tendenciosas. Na prática, tornou-se inviável para Prestes cumprir o papel dirigente que teoricamente lhe caberia (PRESTES, 2015, p.280).

A profunda derrota sofrida pelo partido o levou à radicalização e à revisão de sua política de União Nacional. O *Manifesto de Janeiro de 1948* foi a primeira expressão dessa nova política. Neste documento o PCB caracteriza o governo Dutra como um “governo de traição nacional” e ditatorial, conclama a população em geral e a classe operária para a “ativa luta de classes que se trava no país” e define a política de União Nacional como resultado de “perigosas tendências oportunistas” e “direitistas” que se caracterizaram pela “sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a ‘burguesia-progressista’” (Manifesto de Janeiro de 1948. PRESTES, 1982b)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Importante considerar que boa parte dos documentos produzidos pelo PCB neste momento receberam a assinatura de Luiz Carlos Prestes, que o fez na condição de secretário-geral do partido. No entanto, não necessariamente as teses apontadas foram de sua autoria, mas resultado de produção coletiva entre a direção partidária que, como visto anteriormente, neste momento estava sendo capitaneada por Diógenes de Arruda Câmara.

A nova formulação alteraria radicalmente a política de alianças do partido, diminuindo sua amplitude em busca da hegemonia proletária

[...] só o proletariado sob a direção de seu partido de vanguarda pode efetivamente dirigir e realizar o bloco nacional-revolucionário capaz de resolver os dois grandes problemas da revolução brasileira, através da instauração no país de um governo constituído em sua primeira etapa pela aliança de todas aquelas classes e camadas revolucionárias, além dos elementos anti-imperialista que sempre ainda existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias e progressistas (Informe Político – maio de 1949. PRESTES, 1982b, p.101).

A maior expressão da virada tática do partido, no entanto, seria lançada com o *Manifesto de Agosto de 1950*, documento que passou a conduzir a ação dos comunistas a partir de então. No Manifesto, o PCB propõe a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) na luta por um governo revolucionário em substituição à “ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo”; a nacionalização e a confiscação de bancos e indústrias “pertencentes ao imperialismo”; anulação da dívida externa; confiscação das grandes propriedades latifundiárias sem indenização e entrega das terras aos camponeses; nacionalização de bancos e empresas de seguro bem como de “todas as grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolista que exerçam influência preponderante na economia nacional”; e por fim, o “armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional” (Manifesto de Agosto de 1950. PRESTES, 1982c). Apesar se alterar substancialmente sua tática, a estratégia da revolução permanecia a mesma: uma revolução democrático-burguesa, agrária e anti-imperialista, seguindo, portanto, o ideal nacional-libertador que acompanhou a vida do partido desde a década de 1920 (PRESTES, A.L, 2013).

A prática política do partido a partir de então se tornou cada vez mais estreita, sectária e voluntarista (SEGATTO, 1981, p.65). Os comunistas passaram a estimular greves a todo momento e, quando não faziam parte das direções sindicais, incitavam “rachas” e criavam “sindicatos paralelos” (VINHAS, 1982, p.95). Nas eleições de 1950, embora o PCB tenha pregado o voto nulo, Getúlio foi eleito com votação expressiva, demonstrando a perda de influência dos comunistas, principalmente entre os trabalhadores. Mesmo com Vargas e seus acenos ao movimento nacionalista, o partido continuou a caracterizar o governo como de



“traição nacional”, não observando nenhuma alteração conjuntural significativa (PRESTES, 2015, p.288).

No campo sindical, o sectarismo fez com que diversos militantes abandonassem o partido e com que outros tantos se dedicassem à “dupla militância”, ou seja, à atuação em entidades oficiais e paralelas (SILVA, 2007, p.117). Diante do isolamento cada vez maior do PCB, paulatinamente os comunistas passaram a recusar as orientações políticas sectaristas, forçando a direção partidária a realizar um ativo sindical nacional onde foi aprovada a Resolução Sindical de 1952, que determinou a luta pela unidade sindical e a formação de alianças com as diversas forças políticas – especialmente os petebistas. Esta correção de rumos seria responsável pelo retorno de parte da influência do PCB na sociedade, que irá culminar nas grandes greves do início dos anos 50, em particular a que ficou conhecida como “Greve dos 300 mil” em São Paulo (VINHAS, 1982, p.130).

A longo prazo, a linha sindical demonstrou ser incompatível com a linha geral do partido. A aliança com trabalhistas não reverberou em um plano mais amplo, e o PCB seguia pregando a derrubada do governo de Vargas, considerado um governo “inimigo do povo” e “instrumento servil dos imperialistas norte-americanos” (Projeto de Programa – dez. 1953. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1982a, p.114,118). No mesmo documento, é possível perceber uma primeira revisão da guinada esquerdista iniciada em 1948. No entanto, no fundamental, a política do partido permaneceu a mesma e os comunistas passaram a constituir uma “ala esquerda” no conjunto de forças políticas - hegemônico por setores conservadores – na luta pela deposição de Getúlio (REIS FILHO, 2002, p.81).

O suicídio de Vargas, em agosto de 1954 alteraria radicalmente a situação. A massiva reação popular barrou as forças golpistas e chegou a atingir os comunistas, que tiveram jornais vinculados ao partido depredados em Belo Horizonte e Porto Alegre (REIS FILHO, 2002 p.81). Forçado pelo movimento nas ruas, o PCB realizou um giro em sua política ao procurar ampliar seu leque de alianças – em especial com as forças trabalhistas – e tentou capitalizar sobre a intensa mobilização popular:

Graças ao esforço esclarecedor dos comunistas, o povo brasileiro ergueu-se indignado no país inteiro contra o opressor norte-americano e seus representantes em nossa Terra. Graças a ação popular, ao ódio patriótico ao opressor norte-americano, ao amor do povo as liberdades e a democracia, os generais fascistas não conseguiram tudo quanto almejavam.

[...] Dirigimo-nos particularmente aos trabalhadores getulistas, nossos irmãos. O momento exige que trabalhistas e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que juntos lutemos em defesa das leis sociais já conquistadas. [...] Nós, comunistas, lutamos pela derrubada do atual governo e por um governo democrático de libertação nacional, mas estamos prontos a entrar em entendimento com todas as forças políticas, líderes políticos e correntes patrióticas que queiram unir-se em torno de uma plataforma democrática a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo (Manifesto do Comitê Central: a ditadura Café Filho – 01/09/1954. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1982b, p.121-122 ).

No entanto, as revisões na linha política do partido não avançaram substancialmente. Em seu IV Congresso - realizado três meses após a morte de Vargas – o PCB manteve a tática de derrubada do governo e sua substituição por um “governo democrático de libertação nacional”. A principal mudança com relação a política anterior fora a inclusão da burguesia nacional no campo de forças sociais que poderiam empreender a “revolução agrária e antiimperialista” (IV Congresso do PCB - dez. 1954 fev. 1955. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1982c).

Para Moisés Vinhas (1982, 133-134), jornalista e militante do partido à época

o Congresso se realiza como se nada tivesse acontecido, como se a situação política não tivesse sofrido alterações substanciais. Das assembleias de base às reuniões finais, o Encontro foi encaminhado na mais rigorosa e inútil clandestinidade. [...] o IV Congresso do PCB é exemplar do beco sem saída a que direção levou o partido com a linha do Manifesto de Agosto. De um grande partido de massas havia se tornado um pequeno partido, dogmático e militarizado. [...] participam do IV Congresso mais de sessenta representantes dos Estados e dos órgãos diretamente ligados ao Comitê Central. Destes, não comparece ao Congresso nenhum delegado que a direção não queira.

No mesmo sentido, Daniel Aarão Reis Filho (2002, p.83) afirma que “o programa de 1954 já se tornara obsoleto no momento mesmo de sua edição”. A desconformidade entre a linha política e a prática militante do PCB ficaria escancarada a partir de 1955, quando uma série de movimentos nacionais e internacionais semeou mais uma virada tática na história dos comunistas.

### 3.2 DA DECLARAÇÃO DE MARCO DE 1958 À CISÃO DE 1962

A partir da segunda metade da década de 1950 os comunistas seriam decisivamente influenciados pela doutrina nacional-desenvolvimentista, que admitia a possibilidade de um desenvolvimento autônomo para o capitalismo brasileiro. Assim, a estratégia nacional-libertadora do partido passou a ser projetada de maneira a priorizar uma aliança com uma suposta burguesia nacional interessada no

desenvolvimento independente do país contra o jugo imperialista. Ainda, uma crise no Movimento Comunista Internacional (MCI) atingiria profundamente suas concepções políticas e conformaria a revisão final da política do Manifesto de Agosto de 1950.

O primeiro movimento nessa direção foi a decisão dos comunistas de participarem das eleições de 1955 apoiando a chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Menos de um ano depois de defender em seu IV Congresso a derrubada do regime golpista e a formação de um governo revolucionário nacional-libertador, o partido passara a apostar nas eleições como caminho para a derrubada de Café Filho e centrar sua tática na luta em defesa da democracia e da Constituição. Na prática, as diretrizes congressuais foram abandonadas e a “luta revolucionária” cedeu lugar para a intensa participação dos comunistas na campanha eleitoral:

O Partido Comunista do Brasil, que luta infatigavelmente pelos interesses do povo, concita a todos os cidadãos a participar ativamente da campanha eleitoral. [...] Através do voto derrotamos o governo de 24 de agosto e os generais golpistas. Com a vitória eleitoral, o povo unido e organizado melhor poderá garantir as liberdades democráticas, as conquistas e direitos dos trabalhadores, a defesa do petróleo brasileiro e da indústria nacional, enfrentar com decisão a carestia na vida. [...] A vitória das candidaturas Kubitschek e Goulart será a derrota dos generais golpistas, dará um novo impulso às forças democráticas e patrióticas e poderá determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil (Manifesto eleitoral do PCB - ago. 1955. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1982d, p. 137-138)

Foi neste contexto e sob a influência ideológica do nacional-desenvolvimentismo que, em 1956, o partido tomou conhecimento das teses do XX Congresso do PCUS. Três anos após a morte de Stálin, o novo secretário-geral do partido, Nikita Khrushchov, denunciou o sistema de culto à personalidade operante na União Soviética e os supostos crimes perpetrados pelo antigo dirigente. A crise se tornou internacional, diante da influência do PCUS no MCI. Diógenes de Arruda Câmara chefiava a delegação do PCB no XX Congresso e, ao término do evento, viajou durante cinco meses pela Europa e China, retardando a entrega de seu relatório à direção do partido. As primeiras informações do relatório Khrushchov chegaram ao Brasil por meio do jornal *O Estado de São Paulo*, frente ao qual o PCB reagiu afirmando ser uma falsificação da direita internacional (PRESTES, 2015, p.309).

Quando Arruda retornou, confirmando a veracidade das informações e a profundidade da crise, certa anarquia já havia se instaurado no partido, fruto da demora em iniciar as discussões, que acabaram acontecendo à margem da direção. O relatório passou a ser abertamente discutido na imprensa do partido contendo, na análise de Luiz Carlos Prestes (apud PRESTES, A.L, 2015, p.310), “justas críticas ao mandonismo, a posições da direção partidária, mas também ataques inadmissíveis à União Soviética”.

Diante da celeuma, o PCB lançou um Projeto de Resolução sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS, onde criticou a demora na abertura das discussões, responsabilizando o retardamento do retorno da delegação do partido enviada ao Congresso. Realizou também uma profunda autocrítica de suas posições sectárias e dos métodos mandonistas de direção:

Um excessivo centralismo, arrogância e a auto suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criava um ambiente de intimidação - predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levava ao afastamento muitos quadros e militantes. [...] As causas principais de tudo isto estão no próprio processo de formação de nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudilhescas ainda muito vivas e nos restos patriarcais existentes na sociedade Brasileira. [...] Nossa atividade política e prática está impregnada de fortes tendências “esquerdistas” e sectárias, o que se revelou ainda recentemente em face de importantes movimentos de frente única campanhas de massa. Somos intransigentes, pouco inclinados a fazer entendimentos e acordos mediante concessões aos aliados. [...] o subjetivismo nos levou a cometer graves erros; mas é sob a forma do dogmatismo que o subjetivismo mais se manifesta em nossas fileiras. O dogmatismo tem-nos causado grandes prejuízos mediante a repetição mecânica de fórmulas teóricas dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiência alheias nem sempre aplicáveis as condições concretas de nosso país (Projeto de resolução do CC sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS – 20/10/1956. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1982e, p.151-153).

Neste momento, três correntes já haviam se formado no interior do partido: os “abridistas” ou “renovadores” que, liderados por Agildo Barata, defendiam discussões mais amplas, posições antissoviéticas e, no limite, a liquidação do próprio partido; os “fechadistas”, representadas por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Arruda Câmara, contrários à abertura do debate e temerosos quanto as mudanças políticas em curso; e o “centro”, entre os quais se encontravam Giocondo Dias, Mário Alves, Carlos Marighella e Prestes, que procurava uma conciliação entre as duas tendências ao incorporar as teses revisionistas do XX Congresso ao passo em que mantinha a defesa do legado

soviético (SOUZA, 2008, p.71). Este último grupo conseguiu conquistar para si a maioria das posições no partido e, rapidamente, isolou seus adversários. Agildo Barata fora expulso por suas posições fracionistas; enquanto Amazonas, Grabois, Pomar e Arruda Câmara foram excluídos da Comissão Executiva do CC (REIS FILHO, 2002, p84).

Para Moisés Vinhas (1982, p.180):

Não foi o PCB que, à base de uma reflexão autônoma sobre a sua própria experiência se capacitou para aproveitar positivamente as indicações dos comunistas soviéticos. Ao contrário, foi o impacto destruidor e criativo do XX Congresso que forçou os comunistas brasileiros a se debruçarem sobre si mesmos e a empreenderem um longo e tortuoso caminho em busca da realidade, de uma linha política a ela ajustada e, sobretudo, de uma concepção radicalmente diversa do fazer política.

Restabelecida a unidade partidária e isolados os dirigentes mais comprometidos com o Manifesto de Agosto de 1950, o partido lançaria sua nova orientação política, decisivamente influenciada pela compreensão de “coexistência pacífica” proposta por Khrushchov no XX Congresso do PCUS e pelo pensamento de Mao Tsé-Tung, baseado na separação e hierarquização de contradições na sociedade brasileira, o que levou o PCB a justificar a revolução em etapas (PRESTES, 2015, p.316-317).

A “Declaração de Março de 1958”, como ficou conhecido o documento, manteve a estratégia nacional-libertadora do partido, mas alterou radicalmente sua tática. Influenciado pela estabilidade do governo de Juscelino Kubitschek, o partido apontou que a democratização seria uma “tendência permanente” e apostou no papel progressista da burguesia nacional. Afirmou a existência de duas contradições fundamentais na sociedade brasileira: a primeira, entre nação e imperialismo; a segunda, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as “relações de produção semifeudais na agricultura”. A luta de classes seria relegada a uma terceira contradição, que não exigiria soluções imediatas, na medida em que o desenvolvimento capitalista seria, no momento, mais interessante ao proletariado. Para o partido, a revolução, em sua primeira etapa “antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática” estabeleceria as condições para a transição pacífica ao socialismo “objetivo não imediato, mas final da classe operária brasileira”. Em busca de tal objetivo, a política de alianças deveria ser a mais ampla possível, envolvendo o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia, a burguesia nacional progressista, setores nacionalistas do latifúndio e grupos imperialistas rivais aos

monopólios dos Estados Unidos. Nesta ampla frente “os comunistas de modo algum condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento”, que deveria ocorrer estritamente nos marcos da legalidade democrática e constitucional (Declaração de Março de 1958. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1982e).

Com a nova política, e vivenciando um contexto favorável durante o governo de Kubitschek, ainda que juridicamente ilegal, o partido passou a atuar sob uma legalidade de fato, e tornou-se novamente um importante ator na política nacional. A Declaração de Março seria referendada no V Congresso do partido, realizado em 1960, mas não sem oposições.

Na preparação para o V Congresso, o PCB lançou nas páginas de seu semanário *Novos Rumos* a “Tribuna de Debates”, uma sessão dedicada para as considerações de seus militantes sobre os documentos apresentados pela direção e os problemas e perspectivas dos comunistas brasileiros. Os artigos favoráveis à nova política do partido dominaram as discussões. No entanto, o grupo marginalizado da direção durante a crise de 1956-1957 e contrário à política da Declaração de Março obteve um canal para expressar sua discordância.

Maurício Grabois (1960), em seu artigo “Duas concepções, duas orientações políticas” indicou que a nova orientação do PCB não exprimiria “uma política justa” e não corresponderia “aos interesses de classe do proletariado”, caracterizando-a como uma “linha oportunista de direita” que “exagera a importância do desenvolvimento do capitalismo”. Com relação às alianças, Grabois afirma que, na Declaração, os camponeses e a pequena burguesia são colocados em plano “muito secundário”, preteridos ante a burguesia. A tendência permanente à democratização da vida nacional também é questionada, pois seria “uma afirmação que não corresponde à realidade e leva ao embelezamento do capitalismo” além de passar a impressão de que “o Brasil vive numa autêntica democracia”. Para Grabois, o caminho pacífico para a revolução no Brasil estaria sendo apresentado como único meio possível de luta “desarmando, assim, o proletariado e seu partido para qualquer outra eventualidade”, sendo indispensável “ter em vista a solução não-pacífica”. A Declaração de Março seria um documento que teria um ponto de vista burguês da revolução e conduziria “à negação da luta revolucionária, à adaptação ao capitalismo e ao evolucionismo sob o disfarce de caminho pacífico”. Como solução, Grabois compreende que o partido deveria substituir a nova linha política

direitista, “partindo de um ponto de vista de classe do proletariado” sem incidir nos antigos erros esquerdistas e sectários.

Em consonância com as posições de Grabois, Pedro Pomar (1960) afirmou que o combate aos erros contidos no Manifesto de Agosto de 1950 não deveria se confundir com a negação do passado revolucionário do PCB, algo que estaria sendo feito pela direção, acusada de “liquidacionista” por menosprezar as “melhores tradições do Partido”. A Declaração, de essência “nacional-reformista”, procurando corrigir o esquerdismo, teria chegado ao “objetivismo” e à “exaltação do capitalismo” e, com esta concepção, os comunistas “ao invés de se ‘inserir’ no processo real em curso” acabariam “se diluindo no câro geral dos louvores ao ‘desenvolvimento’”.

No mesmo sentido, em “A linha atual e as reformas”, João Amazonas (1960a) expressou sua posição, considerando que o partido “confunde a acumulação de forças com a acumulação de reformas” de maneira que seria necessário encontrar uma “justa relação” entre a luta por uma revolução antiimperialista e antifeudal e a conquista de reformas “nos marcos do regime vigente”, pois seria “prejudicial ficar apenas nas soluções radicais, como no caso do Manifesto de Agosto, ou unicamente nas reformas”. Amazonas (1960b) também criticou o estabelecimento enrijecido de contradições principais e secundárias presentes na Declaração. Para o dirigente, o documento e as Teses preparatórias ao V Congresso, ao apresentarem “a contradição principal como sendo entre a nação e o imperialismo [...] ocultam da visão das massas os inimigos internos nos quais se apoia a dominação imperialista”.

O V Congresso realizou-se, portanto, com uma intensa discussão entre dois grupos, um majoritário, capitaneado pela liderança e prestígio de Prestes e um grupo minoritário, liderado por Amazonas, Grabois e Pomar que, importante notar, possuíam divergências táticas, mas concordavam no caráter nacional-libertador da revolução brasileira.

A luta pela conquista da legalidade do partido tomou boa parte das discussões e, as decisões dali emanadas constituem objetos de discussões historiográficas até hoje. Uma corrente identificada com o partido originado após a cisão de 1962 (RUY, 2010, p.107) afirma que o CC pretendia elaborar um novo programa para o PCB, além de alterar seu Estatuto e o nome da agremiação durante o V Congresso, mas teria sido impedido pelos delegados presentes que “só autorizaram o Comitê Central a fazer as pequenas alterações exigidas pela lei para

o registro do Partido na Justiça eleitoral”. Em seu texto, José Carlos Ruy não identifica a fonte de sua informação, mas é provável que o autor tenha se baseado no documento “Em defesa do Partido” (1961), lançado pelo grupo de dirigentes contrários à estas alterações e que fundariam posteriormente o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que será analisado adiante.

Anita Leocádia Prestes (2011, p.163), por outro lado, afirma que “O Projeto de Estatutos do PCB, embora discutido durante os trabalhos do V Congresso, não foi dado a público naquela ocasião nem distribuído aos militantes do partido” pois, em uma das resoluções aprovadas, decidiu-se que o CC estaria autorizado para “fazer no texto dos Estatutos aprovados as modificações que se tornarem necessárias para efeito do registro do Partido no Superior Tribunal Eleitoral” e que tomasse “urgentemente as medidas jurídicas necessárias à legalidade do PCB” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL apud PRESTES, 2011, p.163). Anita Prestes utiliza como referência as próprias Resoluções do V Congresso do PCB presentes no Fundo Roberto Morena, da Universidade Estadual Paulista. A discussão destoa, portanto, na medida em que, para um lado, o CC estaria apto apenas para realizar “pequenas alterações” enquanto, para outro, estaria autorizado a tomar “urgentemente todas as medidas jurídicas necessárias”.

Fato é que o partido, após o Congresso, intensificou suas ações com vistas à legalização e, em agosto de 1961, *Novos Rumos* (1961) anunciava o novo Programa e Estatutos do PCB. O partido tinha seu nome alterado para Partido Comunista Brasileiro (PCB) e teria como objetivo final “alcançar o socialismo no Brasil”. A agremiação era definida como “vanguarda essencialmente democrática” que “defende em seu programa a pluralidade dos partidos e o respeito aos direitos fundamentais do homem” estruturando-se de acordo com o centralismo democrático.

A reação do grupo liderado por Amazonas, Grabois e Pomar foi rápida e logo chegou ao CC. O documento “Em defesa do Partido” (1961), enviado à direção, recebeu uma centena de assinaturas e, por isso, ficou conhecido como “Carta dos 100”. Nesta declaração, o grupo acusava a direção partidária de “violação frontal dos princípios partidários” e “aberta infração das decisões do 5º Congresso”. Afirmava que a alteração do nome do partido constituía “uma séria concessão às forças reacionárias” e que este havia sido apenas o pretexto e não o real motivo que levou o TSE a pôr os comunistas na ilegalidade em 1947. Segundo o grupo, tratava-se, na realidade de um *registro de um novo partido* “que nada tem a ver com o verdadeiro



Partido Comunista” e que “a luta pela legalidade do Partido é uma luta política e não pode ser feita escondendo-se seus objetivos, sua doutrina e suas tradições”. Argumentava-se que o PCB havia retirado de seus estatutos a menção ao “comunismo” restando apenas uma vaga afirmação do caráter socialista do partido. Ainda, imputava ao CC a tentativa de “conseguir, de qualquer maneira, o registro eleitoral” ao ponto de retirar dos estatutos “qualquer referência ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário”. Para este grupo, “o partido que deve conquistar sua legalidade é o Partido Comunista do Brasil e não um arremedo do partido de vanguarda do proletariado”. Por fim, afirmava que esta seria uma “clara tentativa de liquidar com o tradicional Partido de vanguarda da classe operária e substituí-lo por uma organização desprovida de características revolucionárias”.

A reação da direção do PCB foi a expulsão dos principais signatários da carta, acusados de fracionismo:

Fracionistas expulsos do movimento comunista

João Amazonas e Guido Enders

[...] Os comunistas do Rio Grande do Sul expulsaram de suas fileiras João Amazonas e Guido Enders por suas atividades fracionistas e antipartidárias. E chamam a atenção de todos os comunistas, simpatizantes e amigos para que, mantendo-se vigilantes em defesa da unidade do movimento comunista e dos interesses das forças democráticas e patriotas, repudiem a ação de João Amazonas e seu reduzido grupo, que tentam aliciar elementos e procuram angariar recursos financeiros para o prosseguimento de sua atividade desagregadora.

Maurício Grabois e Manoel Ferreira

[...] Os comunistas fluminenses comunicam aos trabalhadores e ao povo que Maurício Grabois e Manoel Ferreira [...] foram expulsos do movimento comunista devido a suas atividades fracionistas e antipartidárias. Conclamamos todos os comunistas a defenderem intransigentemente a unidade de nossas fileiras e a lutarem com vigor crescente pelas reivindicações econômicas e políticas dos trabalhadores e de todo o povo fluminense (NOVOS... 1961/1962).

Os comunistas expulsos do PCB, em uma manobra política, entenderam que “não podiam ser expulsos de uma entidade à qual não eram filiados (o Partido Comunista Brasileiro)” (RUY, 2010, p.109) e decidiram convocar uma autodeclarada V Conferência (extraordinária) do Partido Comunista do Brasil, realizada em 18 de fevereiro de 1962, onde, liderados por Amazonas, Grabois e Pomar, um reduzido grupo de comunistas<sup>12</sup> decidiu *reorganizar* e *reconstruir* o partido, que manteria o nome da agremiação fundada em 1922 e seguiria com a sigla PCdoB.

---

<sup>12</sup> Não há um consenso sobre o número de militantes do PCB à época, mas as diferentes fontes convergem ao afirmar a adesão de cerca de 10% dos militantes do partido ao PCdoB, número que pode variar de 300 a 1500 pessoas (RUY, 2010, p. 111).

Nesta Conferência, os comunistas aprovaram o Manifesto Programa (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962) do partido, documento que retoma alguns pontos da orientação política adotada no Manifesto de Agosto de 1950 ao afirmar que seria “impossível resolver os problemas fundamentais do povo nos marcos do atual regime”, que “as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução” e, por isso, “as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos”. A política de alianças do partido passaria a estar centrada nos operários e camponeses, que, considerados o “núcleo fundamental de unidade do povo”, ao lado de estudantes, intelectuais progressistas, militares democratas, pequenos e médios comerciantes e “sacerdotes ligados às massas”, sob direção do operariado, levariam a cabo a conquista de um “governo popular que realize um programa revolucionário”.

Ainda em seu Manifesto Programa, o PCdoB afirma que a União Soviética avançava em direção ao socialismo (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962), mesmo que seus fundadores fossem críticos do “revisonismo” do XX Congresso do PCUS. Este aceno político pode ser compreendido na medida em que, ao afirmar-se como continuidade do partido de 1922, os pcedobistas procuravam, de acordo com a tradição do MCI liderado pela URSS, serem reconhecidos como o único partido comunista do país. No entanto, após uma tentativa de aliança com os soviéticos, o PCUS recusou uma aliança com o PCdoB e continuou a manter relações mais próximas com o PCB de Prestes (SALES, 2000, p.88).

A busca do PCdoB por legitimidade internacional tomaria novos contornos em 1963, quando ocorre o rompimento das relações entre URSS e China – que realizou sua revolução sob liderança de Mao Tsé-Tung em 1949. Neste contexto, as lideranças do PCUS acusaram os chineses de apoiarem grupos antipartidários em vários países, e, no Brasil, o PCdoB seria uma expressão dos grupos que atuavam contra os interesses da revolução. A partir de então, o PCdoB rompe definitivamente suas relações com o PCUS e procura combater o “revisonismo soviético”. Assim, a “via chinesa” se apresenta para o partido como uma possibilidade de reconhecimento internacional, enquanto o maoísmo fornece elementos para embasar a questão da luta armada na conjuntura pré-golpe de 1964 (SALES, 2000, p.105). Anos depois, o PCdoB implementaria sua tática de “linha chinesa” de “guerra popular prolongada” na Guerrilha do Araguaia (1967-1974).

Após um longo período de divergências internas e influenciados pelos rumos do MCI, enfim consolidou-se a cisão nas fileiras comunistas, que, mesmo não sendo a primeira, foi, sem dúvidas, a mais significativa até o momento. Uma falsa concepção estratégica nacional-libertadora levou os comunistas a sucessivas viradas táticas que, ao fim e ao cabo, nada mais são - as concepções esquerdistas e direitistas – do que frutos apodrecidos de uma mesma árvore:

Lenin mostrou que tanto o oportunismo de direita, identificado com o empenho nas reformas e o abandono dos objetivos revolucionários, quanto o esquerdismo, que se distingue pela fraseologia revolucionária e a atitude voluntarista do assalto imediato ao poder, são faces de uma mesma moeda – a presença da ideologia burguesa ou pequeno-burguesa no movimento socialista e comunista. Em outras palavras, trata-se de irmãos gêmeos. Seus adeptos revelam-se incapazes de compreender a complexidade do processo de transformação revolucionária das sociedades humanas. Os oportunistas de direita consideram que as reformas são tudo, abdicando da formação das forças sociais e políticas destinadas a alcançar o poder; os esquerdistas menosprezam as reformas e postulam a derrubada do poder através de apelos inflamados e de atos voluntaristas, também subestimando a preparação dos setores populares para a luta pelo poder político (PRESTES, A.L., 2013).

A partir de então os militantes comunistas, divididos em dois partidos<sup>13</sup> demarcaram suas concepções políticas na luta contra a ditadura e no caminho para a redemocratização do país. Neste processo, PCB e PCdoB se diferenciaram cada vez mais, e, ao longo de suas trajetórias, nunca deixaram de reivindicar para si o legado do “verdadeiro partido do proletariado”. Independentemente da “verdade”, a memória do “partido de 1922” os acompanhou e forjou a identidade de seus militantes. Hoje, longe de estar pacificada, a memória comunista continua sendo disputada. Afinal, qual a importância desta origem histórica na atuação prática dos comunistas atualmente?

## **4 MEMÓRIA E HISTÓRIA EM DISPUTA**

### **4.1 A MEMÓRIA NA FORMAÇÃO COMUNISTA**

Mais do que procurar estabelecer um veredito sobre qual partido deveria ser reconhecido como o partido de 1922 – tarefa devidamente empreendida por suas respectivas militâncias – este trabalho entende que a discussão sobre os motivos

---

<sup>13</sup> A fragmentação avançaria após a ditadura, com a criação – entre outras dissidências - do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

que levam as duas agremiações a reivindicarem uma origem centenária pode auxiliar na compreensão desta intensa disputa de memória.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que a construção da história e da memória que os partidos fazem de si mesmos não são aspectos descolados de sua própria constituição. Dulce Pandolfi (1995, p.9) afirma que o que um partido “pensa e diz de si mesmo” faz parte “do que ele realmente é e faz”. Ainda, se “em qualquer tipo de agrupamento social existe sempre um trabalho contínuo de construção, desconstrução e reconstrução da sua história” este trabalho, se tratando de partidos comunistas, prescinde de altos investimentos, não só a nível dos discursos, mas por meio dos objetos materiais, símbolos e ritos (PANDOLFI, 1995, p.16). Este seria o trabalho de *enquadramento de memória*, que se forma a partir da interpretação e combinação de materiais fornecidos pela história (POLLAK, 1989, p.9-10) e que, por ocorrer em um campo intenso de disputa entre diferentes organizações, recorre ao trabalho realizado também por historiadores (POLLAK, 1992, p.206).

A memória exerce, neste sentido, *um importante papel na constituição do sentimento de identidade*, na medida em que contribui para a *formação da sensação de continuidade e coerência de um grupo ou de um indivíduo*. Assim sendo, ela atua no fornecimento de quadro de referências do passado, de maneira a contribuir para a coesão interna (POLLAK, 1989, p.9).

A identidade, portanto, não é algo natural, e não constitui a essência de grupos ou indivíduos. É, ao contrário, algo ativamente produzido, fruto do mundo cultural e social. Ainda, a construção da identidade é um fenômeno produzido sempre em referência ao outro. Um grupo, ao afirmar sua identidade, está também demarcando uma fronteira de inclusão/exclusão, uma separação entre “o que somos” e “o que não somos” (SILVA, 2000, p.82).

Assim, é possível afirmar que a memória não é produzida e acabada no passado, sendo resgatada, preservada e transportada para o presente. Sua formação está subordinada à dinâmica social e sua elaboração ocorre no presente em resposta às demandas deste presente. Por isso, memória não é conservação, mas reconstrução (PANDOLFI, 1995, p.15-16). Desta maneira, a circunstância em que se vive no presente implica na modelação e remodelação da memória. E, neste contexto, a posição ocupada por grupos e pessoas em determinada conjuntura pode favorecer algumas lembranças enquanto outras permanecem esquecidas (MELLO, 2016, p.237).

Historicamente condicionada, a memória está longe de ser transmitida estaticamente pela tradição. A cada geração ela é progressivamente alterada, carregando as marcas das mediações que tem sofrido (SAMUEL, 1997, p.44). Estas reconstruções não são, de modo algum, formadas passivamente. A memória é resultado de debates, tensões e batalhas (BONALDO, 2014, p.39). Ela fornece, por meio de “indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente” uma visão retrospectiva e organizada que confere coerência para a elaboração de projetos no presente (LOVISOLO, p.101). Entre os partidos comunistas, as referências ao passado exercem importante papel nas suas intervenções políticas. A importância conferida para as comemorações e lembranças convive com as oclusões, os silêncios e as mistificações (PANDOLFI, 1995, p.14). Estes, traços fundamentais da memória coletiva: a leitura seletiva. Lembrança e esquecimento no mesmo movimento (VELHO, 1989, p.16).

No caso de partidos comunistas, a alteração da imagem que o próprio partido veicula de si mesmo abre espaço para tensões difíceis de dominar. Além do trabalho de *enquadramento de memória*, existe o *trabalho da própria memória em si*, quando uma memória oficial está relativamente consolidada e passa a atuar na manutenção da coerência e da unidade de sua militância. Nos momentos em que ocorrem reorientações ideológicas, estas memórias também sofrem um trabalho de reorganização (POLLAK, 1992, p.206). As cisões se desenvolvem quando *parte de seus membros não se reconhecem mais nesta nova imagem* produzida, assim, “sobre um fundo heterogêneo de memória, ou de fidelidade à memória antiga” (POLLAK, 1989, p.10, grifo meu) pode ocorrer a formação de novos agrupamentos, que, originários de um mesmo tronco, tornam-se profundamente ramificados em sua atuação política.

#### 4.2 CISÃO DE 1962: DISPUTA DE MEMÓRIA

Os esforços realizados tanto por pecebistas quanto por pecedobistas na construção de suas histórias centenárias demonstram que, atualmente, suas memórias e identidades não se encontram devidamente consolidadas. Assim, é possível perceber que durante a história mais recente destes partidos houve a necessidade de reafirmar constantemente, perante sua militância e diante de outras organizações, seu legado centenário.

Até a cisão de 1962 podemos considerar que a memória dos pecebistas *trabalhou por si*, fruto do esforço de construção da identidade comunista desde sua fundação, algo que Michael Pollak (1992, p.207) identifica como “conjunturas ou períodos calmos”, quando a preocupação com a memória e a identidade são reduzidas. Após a cisão, o PCB se mantém como partido comunista hegemônico, por continuar com a maioria dos militantes e contar com o prestígio e liderança de Luiz Carlos Prestes. Para este partido, o *período calmo da memória* continua até, pelo menos 1992<sup>14</sup>.

O PCdoB, por outro lado, como fração minoritária, empregou, desde a cisão, um esforço obstinado na construção de sua história, de maneira a reivindicar seu legado como partido de 1922. Ou seja, para seus militantes, o PCdoB não seria um novo partido, muito menos um agrupamento originado de uma divisão. Para este grupo, o trabalho de *enquadramento de memória* se iniciou no dia de sua (re)organização.

Atualmente, o PCdoB (2022) apresenta-se como um partido com “uma história arrebatadora” que “ostenta o fato de ser a única legenda partidária com presença ininterrupta, ao longo de mais de cem anos, na história brasileira”. A construção de sua história centenária possui como marcos memoriais alguns documentos publicados no início da década de 1960, como “Duas concepções, duas orientações políticas” de Grabois (1960) e “Em defesa do partido” (1961). Publicações que, como já visto, estão inseridas no contexto das disputas no interior do PCB após a publicação da Declaração de Março de 1958 e do lançamento dos novos Estatutos do partido.

Outro grande marco de interpretação sobre a crise de 1956-57 consolidou-se com a publicação do documento “Cinquenta anos de luta”, lançado durante as comemorações do cinquentenário do PCdoB, em 1972. De acordo com este documento, após o XX Congresso do PCUS, o PCB presenciou um “surto revisionista de grandes proporções” que culminou na difusão no seio do CC e nas fileiras partidárias de “teorias antimarxistas e antileninistas que negam o Partido” e “enxovalham seu passado de lutas”. Em oposição à esta linha, teria se formado um grupo “marxista-leninista que combate o reformismo”. Em 1961, após o V Congresso, a publicação dos novos Estatutos pelo CC visando a legalização, ao

---

<sup>14</sup> Ver Introdução.

alterar seu nome e retirar as afirmações de que o partido seria orientado pelo marxismo-leninismo e pelo internacionalismo proletário, teria formalizado a “criação de um novo partido, de tipo social-democrata, o Partido Comunista Brasileiro, renegando o velho Partido da classe operária, o Partido Comunista do Brasil” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1972).

Nas comemorações de seu centenário, em 2022, esta interpretação continua a se difundir nas fileiras do PCdoB. Em seu documento “PCdoB: um século em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2022) o partido afirma que as mudanças nos Estatutos após ao V Congresso “concretamente, fundaram um novo partido”. A “corrente revolucionária”, que discordara destas alterações, teria apenas reorganizado o “histórico Partido Comunista do Brasil” que “estava sendo ameaçado enquanto organização proletária e revolucionária”. Assim, a reorganização do partido em 1962 é vista como um “dos fatos mais marcantes da história do PCdoB, talvez o mais significativo depois de sua fundação” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2020).

Interessante perceber, no entanto, que esta interpretação não se apresenta de maneira uniforme no seio do partido. Orlando Silva, importante quadro do PCdoB, em entrevista para Breno Altman, afirmou que considera

justo, o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, reorganizado em 18 de fevereiro de 62, reivindicar o partido fundado em 22. Mas não sou daqueles que crê que são os herdeiros únicos. Nós somos herdeiros daquela formação, mas há outras organizações. E há polêmicas. Polêmicas que foram pautadas nos anos 50 e 60 pela fragmentação do movimento comunista internacional, que seguiu e segue até hoje. Eu sonho com um dia em que teremos a reunificação dos comunistas no Brasil (OPERA MUNDI, 2022).

Portanto, para o PCdoB – a despeito de diferentes orientações individuais - o partido teria mantido a tradição revolucionária marxista-leninista de 1922 e, por isso, seria o verdadeiro herdeiro ideológico e institucional de seu legado centenário. O PCB, por outro lado, ao aderir a teses reformistas e ter alterado o nome do partido, teria liquidado com a antiga agremiação, dando origem a um novo partido.

Para o PCB, esta disputa memorial tomou força principalmente nas últimas décadas. Fato demonstrativo, em nota publicada pela Comissão Executiva do CC durante as comemorações de seus 50 anos, não há qualquer menção à cisão de 1962 – ou a qualquer outra divisão que aconteceria durante a ditadura. Os comunistas traçavam elementos marcantes de sua trajetória e analisavam a repressão desencadeada pelos militares contra o partido (PARTIDO COMUNISTA

BRASILEIRO, 1972). *A memória comunista ainda trabalhava por si*, e, neste sentido, não havia necessidade de reafirmação – com relação ao PCdoB – de sua origem histórica.

De maneira diversa, em 2009 – portanto, após o processo liquidacionista de 1992 - o PCB lançou o documento “As diferenças entre PCB e PCdoB” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2009), onde sua história é contraposta “ao outro”. Assim, o PCB seria a agremiação histórica dos comunistas brasileiros por ter sido reconhecido pela Internacional Comunista na década de 1920. A alteração de seu nome em 1961 teria ocorrido “em função da possibilidade de legalização” e “para evitar provocações da direita”, assim, reafirmava-se o “caráter nacional do partido”. Esta teria sido “uma decisão da absoluta maioria do partido”, no entanto, “um pequeno grupo de companheiros” inconformados com o apoio do partido ao Relatório Khrushchov e avessos à Declaração de Março de 1958 “resolveu abandonar o PCB e criar outra legenda”. O documento ressalta que Grabois, Amazonas e Pomar foram “derrotados no V Congresso” por “amplíssima maioria”. Após a derrota “esses companheiros” teriam se apropriado “do nome anterior do PCB (Partido Comunista do Brasil)”, e adotado “no novo partido a sigla PCdoB, que aparece pela primeira vez na história política brasileira”. Adiante, o PCB (2009, grifo meu) assume, de maneira enfática, sua posição em relação à cisão de 1962:

os companheiros do PC do B têm um costume bastante grave de falsear a história, possivelmente em função de suas próprias origens. Um dos maiores problemas do PC do B é o fato de não ser o partido histórico dos comunistas brasileiros. Mesmo que em seus documentos eles afirmem na cara dura que o PC do B foi fundado em 1922, reorganizado em 1962 e reestruturado em 1985, esse malabarismo histórico não é levado a sério por ninguém. Nenhum historiador, nenhum militante esclarecido, nem mesmo sua militância, acredita nessa lenda. Muitos militantes que saíram dessa organização e vieram para o PCB nos informaram que esse é um problema psicológico que atormenta cotidianamente o PC do B e sua direção. [...] Realmente, este é um problema de difícil resolução para do PC do B: por mais que não lhes agrade essa realidade, na verdade *o PC do B é uma dissidência do PCB, fundado em 1962*. Além disso, não podem deixar de constatar a dura verdade: O PC do B não é o PCB! Nem é o Partido histórico da classe operária brasileira.

Seguindo a mesma linha, durante as comemorações de seu centenário, o secretário-geral do partido, Edmilson Costa (2022), publicou o artigo “PCB: 100 anos de luta pelo socialismo no Brasil”, onde a origem histórica dos pecebistas é reafirmada. Com relação à cisão de 1962, o partido permanece afirmando que um conjunto de dirigentes “após discordarem da linha política do Partido e da autocrítica” decorrente do XX Congresso do PCUS decidiram “sair do Partido,



convocar uma conferência de reorganização e formar uma nova organização com o nome anterior do Partido – Partido Comunista do Brasil e a sigla PCdoB”.

Ainda relacionado ao contexto de publicações relativas aos 100 anos do PCB, Jones Manoel (2022), importante quadro do partido e destacado *influenciador digital comunista*, publicou um vídeo em seu canal do *Youtube* onde procurou destacar a visão pecebista sobre o PCdoB:

A história é cheia de ironias... A crítica que os fundadores do PCdoB faziam ao PCB na época serve integralmente ao PCdoB de hoje. [...] criticava na época por reformismo e eleitoralismo. [...] O PCdoB surge como uma dissidência do movimento comunista defendendo que tá resgatando os princípios de 22. [...] Diversas organizações surgem desse tronco comum de 22. [...] Só que desse tronco comum de 22, o PCB é uma continuidade. [...] Eu acho que o PCdoB tem direito de reivindicar a tradição histórica de 22. Porque o PCdoB é fruto dessa tradição histórica de 22 [...] E toda organização comunista no Brasil tem esse direito também. Qual é o problema? É o PCdoB dizer que ele é o partido fundado em 22. E o PCdoB mentir, porque isso é mentira [...].

Ou seja, para o PCB, o partido representa uma continuidade institucional com a agremiação fundada em 1922, enquanto o PCdoB seria um outro partido, originado na cisão ocorrida em 1962 e que, de maneira oportunista, se apropria da história partidária ao reivindicar sua origem centenária.

#### 4.3 LUIZ CARLOS PRESTES: DISPUTA PELO LÍDER COMUNISTA

A referência constante à militantes comunistas que marcaram de maneira decisiva a realidade política e cultural brasileira constitui um dos argumentos centrais utilizados pelo PCB em sua construção histórica como partido centenário. Neste sentido, para os pecebistas, o PCdoB usurparia a memória comunista pois, entre outros motivos, não seria o partido de “Astrojildo Pereira, Octavio Brandão [...] Pagu, Gregório Bezerra, Jorge Amado” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2009). E, entre outros nomes, não seria o partido de Luiz Carlos Prestes e de Olga Benário.

O PCdoB, no entanto, também reivindica para si a memória destas figuras históricas. Em programa nacional de televisão veiculado em 2011, o partido afirma:

Fazer o impossível, possível, era um desafio que eles transformaram em realidade. Jorge Amado mudou a literatura. Drummond mudou a poesia. Pagu mudou o comportamento das mulheres. Portinari mudou a arte, e Niemeyer, a arquitetura. Olga Benário mudou o jeito de fazer política. João Amazonas, Maurício Grabois e Luiz Carlos Prestes mudaram a história. De um jeito ou de outro, todos eles mudaram o país. *E fizeram do PCdoB um partido que é a cara do Brasil* (PCDOBSORRISO, 2011, grifo meu).

A veiculação da propaganda televisiva do PCdoB ocorreu quando o partido atravessava uma profunda tempestade política. Orlando Silva, ministro do esporte à época, estava sendo acusado de corrupção<sup>15</sup> por supostamente ter transformado um dos principais programas do ministério em “instrumento financeiro do PCdoB” (ESTADO..., 2011). Em sua propaganda, o presidente nacional do partido, Renato Rabelo, defendeu a história ilibada do partido:

Junto com a presidenta Dilma, o nosso partido colabora com 90 anos de história em defesa do que é do povo. Um princípio que colocamos em prática todos os dias, fiscalizando, e não tolerando qualquer tipo de desvio de conduta. Toda e quaisquer acusações contra o PCdoB, se revelaram, mais cedo ou mais tarde, mentiras. Denúncias sem provas, tentativas fracassadas de atacar a imagem do partido que mais cresce. O PCdoB cresce justamente por entender que, o que é do povo, é sagrado. Nunca nos intimidamos diante de qualquer luta. Já enfrentamos ditaduras, delatores e provocadores. Sempre resistimos! Não vai ser agora que vamos nos intimidar, diante daqueles que querem manchar a nossa história (PCDOBSORRISO, 2011).

Ou seja, durante um período delicado da vida partidária, o PCdoB recorreu a figuras históricas do comunismo brasileiro para defender sua reputação. As acusações seriam infundadas pois – entre outros elementos e outras figuras - este seria o partido de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário. O partido teria um legado a defender.

A recomposição positiva da memória de Prestes por parte do PCdoB oculta, no lado avesso da moeda da lembrança e do esquecimento, as críticas pededobistas realizadas ao Cavaleiro da Esperança no período após a cisão de 1962. Como já visto, Luiz Carlos Prestes seguiu à frente do PC *Brasileiro*, feito que levou a direção do PCdoB, em 1972, a caracterizar pejorativamente a direção prestista do partido. No documento “Cinquenta anos de luta” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1972), o PCdoB define o PCB como o “partido de Prestes” e aponta que após a conquista da legalidade do partido em 1945, Prestes contribuiu para a inserção de elementos oportunistas e liquidacionistas no CC ao lado do “grupo de revolucionários”. Acusa a mesma direção prestista de ter manipulado o V Congresso (1961) para afastar os membros do CC que resistiram ao “surto revisionista”. E, por fim, afirma que durante o governo Goulart “Prestes e seus sequazes” capitularam frente a burguesia.

---

<sup>15</sup> Orlando Silva renunciou ao ministério 6 dias após a veiculação da propaganda política do partido. Em 2012 foi inocentado pela Comissão Ética da Presidência da República por falta de provas. Ver mais em: <https://www.brasil247.com/brasil/comissao-de-etica-inocenta-orlando-silva>.

O programa político do PCdoB gerou reação imediata de Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, que enviou uma carta ao CC do partido. Anita, acompanhando seu pai, deixou o PCB ainda na década de 1980. Portanto, sua defesa está relacionada à memória política de Prestes e Olga, e não necessariamente às suas memórias partidárias:

Dirijo-me à direção do PCdoB para externar minha estranheza e minha indignação com a utilização indébita da imagem dos meus pais, Luiz Carlos Prestes e Olga Benário Prestes, em Programa Eleitoral desse partido, transmitido pela TV na noite de ontem, dia 20 de outubro de 2011.

*Não posso aceitar que se pretenda comprometer a trajetória revolucionária dos meus pais com a política atual do PCdoB, que, certamente, seria energeticamente por eles repudiada.* Cabe lembrar que, após a anistia de 1979 e o regresso de Luiz Carlos Prestes ao Brasil, durante os últimos dez anos de sua vida, ele denunciou repetidamente o oportunismo tanto do PCdoB quanto do PCB, caracterizando a política adotada por esses partidos como reformista e de traição da classe operária. Bastando consultar a imprensa dos anos 1980 para comprovar esta afirmação.

Por respeito à memória de Prestes e de Olga, o PCdoB deveria deixar de utilizar-se do inegável prestígio desses dois revolucionários comunistas junto a amplos setores do nosso povo, numa tentativa deplorável de impedir o desgaste, junto à opinião pública, de dirigentes desse partido acusados de possível envolvimento em atos de corrupção (PRESTES, A. L., 2011, grifo meu).

O PCB, através de seu Secretariado Nacional, solidarizou-se com a “justa indignação” de Anita (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2011). O PCdoB, por outro lado, manifestou-se por meio de nota de Ana Maria Prestes - neta de Luiz Carlos Prestes e de sua companheira Maria Prestes - e membra do CC do PCdoB:

Como neta de Prestes, sempre penso que felizmente em nossa numerosa família ninguém se arvora a ser proprietário(a) da história do meu avô e temos todos consciência de que sua trajetória é uma referência na história mundial do século 20 e não pertence a qualquer um de nós. [...] Perto de comemorar seus 90 anos, o PCdoB presta uma homenagem a todos aqueles que ajudaram a construir o movimento comunista no Brasil, nas suas diferentes etapas e de diferentes maneiras. O PCdoB foi o Partido que escolhi para militar há 15 anos e sou testemunha das homenagens e o respeito que se tem rendido à memória de Prestes no seu interior e em suas manifestações públicas. Nas últimas semanas, este Partido tem sido sistematicamente atacado como parte de uma estratégia que pretende deslegitimar um governo comprometido com os avanços do Brasil. E, não por coincidência, esta estratégia é inflamada pela mesma imprensa golpista que meu avô e minha avó, Maria, me ensinaram a condenar (PRESTES, A. M., 2011).

Ou seja, aqui temos duas dimensões de disputa pela memória política de Luiz Carlos Prestes: a familiar e a partidária. Sejam quais forem as contendidas, todas elas são *disputas políticas* pela memória. Neste sentido, PCB e PCdoB se colocam de lados opostos - ainda que as posições de Anita Prestes não sejam, necessariamente, uma defesa dos pecebistas.

Em 2012, a disputa memorial teria outro capítulo quando, em março, o senador do PCdoB, Inácio Arruda, apresentou projeto que devolveria simbolicamente o mandato de Luiz Carlos Prestes, cassado em 1947. Em sua argumentação, o senador apontou que

Todo esse processo configura uma nódoa na história do Senado. Um estigma à espera de ser reparado. No dia 23 de maio de 1985, o então Presidente da República, José Sarney, recebeu, no Palácio do Planalto, o Constituinte comunista de 1947, João Amazonas, acompanhado do então deputado federal pelo PMDB baiano, Haroldo Lima, e ali foi anunciada a volta da legalidade do Partido Comunista. À época, o Presidente Sarney recebeu representantes de várias organizações políticas, sindicais e do movimento social e garantiu a liberdade de organização ampla no país. O Executivo se redimiu, assim, da postura antidemocrática assumida em 1948. Em 23 de junho de 1988, o Tribunal Superior Eleitoral deferiu a concessão do registro definitivo do Partido Comunista do Brasil. O Judiciário revogou, assim, o equívoco de 1947. Mas nada foi feito ainda em relação aos mandatos dos parlamentares do Partido Comunista do Brasil, arbitrariamente extintos em 1948 (ARRUDA, 2012).

Assim, o partido apresentava-se, mais uma vez, como continuidade das lutas comunistas do século XX. Os mandatos cassados na década de 1940 teriam sido de parlamentares do PCdoB, partido que alcançaria sua legalidade apenas em 1985.

Mais uma vez, Anita Prestes repudiou a atitude do PCdoB e, em carta endereçada ao senador, afirmou que

Na qualidade de filha de Luiz Carlos Prestes e de sua colaboradora política durante mais de trinta anos, devo declarar minha repulsa e indignação com a proposta de sua autoria de que seja declarada nula a decisão do Senado que cassou, em 1948, o mandato do senador Luiz Carlos Prestes. [...] Na realidade, a proposta encaminhada ao Senado Federal por um representante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) revela, mais uma vez, algo que Prestes denunciou incessantemente durante os seus últimos dez anos vida: o reformismo desse partido, sua adesão aos interesses das classes dominantes do País, seu compromisso espúrio com o Governo Sarney, nos anos 1980, compromisso confirmado no texto da mensagem ora encaminhada à apreciação do Senado. Luiz Carlos Prestes sempre deixou claro que a legalidade dos comunistas deveria ser conquistada nas ruas, pelo povo, e não através de conchavos de bastidores, como aconteceu, no caso do PCdoB, em 1985. Prestes também não aceitaria a anulação da cassação do seu mandato de senador através de manobra do PCdoB, cujo objetivo evidente é tirar proveito político do inegável prestígio do Cavaleiro da Esperança (PRESTES, 2012).

O PCB, novamente, se solidarizou com Anita, “diante de nova tentativa oportunista do PCdoB de sequestrar a história do PCB” e acusou os pecedobistas de usar o prestígio “nacional e internacional de Luiz Carlos Prestes” que, para a honra do partido “foi durante décadas o Secretário Geral do PCB e o *protagonista*

*principal da divergência que deu causa à fundação do PCdoB, em fevereiro de 1962”* (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2022, grifo meu).

Ao cabo, as duas agremiações reivindicam para si esta figura histórica, como maneira de legitimar seu legado político e pautar sua atuação presente, reforçando sua identidade comunista. Prestes (1980), na década de 1980 denunciou o reformismo presente entre os comunistas brasileiros, em particular no PCB. Na qualidade de secretário-geral deste partido, reconheceu sua responsabilidade e apelou para que seus companheiros tomassem “os destinos do movimento comunista em suas mãos”.

Assim como a tradição comunista brasileira inaugurada em 1922, o legado político prestista efetivamente não pode ser capturado por uma ou outra agremiação. Ele faz parte do conjunto de lutas sociais do Brasil do século XX e inspira os comunistas – não necessariamente militantes pecebistas ou pecedobistas – até hoje.

## **5 CONCLUSÃO**

A formação do Partido Comunista do Brasil, no início do século XX respondeu às demandas do movimento operário que avançava em seu processo de organização, sendo impulsionado pela Revolução Russa de 1917. O partido, originalmente pequeno e de participação tímida na vida política brasileira, atravessou diferentes fases em seus primeiros anos de existência, oscilou, como seria característico de toda sua história, entre táticas à esquerda e à direita, fruto de uma concepção estratégica nacional-libertadora equivocada, que o acompanharia de maneira indelével.

Colocado na ilegalidade após os Levantes de 1935, o partido atravessou um processo de reorganização em 1943, durante a Conferência da Mantiqueira, após um processo de dissolução imposto pela repressão varguista. Observando de maneira retrospectiva, este momento de ascensão de uma nova direção partidária em 1943 se configura como um dos elos principais para se compreender a cisão que ocorreria em 1962. A formação desta nova direção apresentou elementos que conformariam a direção pecebista ao longo do século: sua inegável vocação à

conciliação interna na luta contra o fracionismo. O partido, que tinha Luiz Carlos Prestes como secretário-geral, passou a ser burocraticamente controlado por Diógenes de Arruda Câmara e, em momentos de fragilidade, inaugurados com as sucessivas mudanças táticas nas décadas de 1940 e 1950, as divergências internas seriam escancaradas, culminando na divisão final em 1962.

A guinada esquerdista tomada pelo partido em 1948 com o Manifesto de Janeiro e aprofundada como o Manifesto de Agosto de 1950 demonstraram a fragilidade da concepção estratégica da direção pecebista, que reagia à conjuntura com alterações significativas em sua prática política sem maiores reflexões sobre seu projeto político de maior fôlego. Somente assim se pode compreender a virada da crença quase cega na luta institucional para a conclamação à luta armada. Esta política sectária, no entanto, logo demonstrou-se profundamente incorreta. O partido, antes gigante, tornou-se pequeno. As mudanças internas e externas o forçaram a alterar esta concepção, inaugurando uma nova política em meados da década de 1950.

A política da Declaração de Março de 1958, ao procurar corrigir os erros esquerdistas, atingiu o verso da moeda, se caracterizando por uma política direitista e, assim sendo, gerou profunda reação do grupo mais comprometido com a antiga tática do partido. Este grupo dirigente, formado por Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara ascendeu na direção partidária após a Conferência da Mantiqueira de 1943 e constituía, portanto, um destacado grupo de dirigentes que, após o relatório Khrushchov, foi paulatinamente marginalizado dos principais postos de direção. A crítica à Declaração de Março ensejou para o grupo esquerdista a oportunidade de estimular uma política fracionista no seio do partido, fato que se desenvolveu durante os debates ao V Congresso do partido em 1960.

As polêmicas sobre as resoluções do V Congresso e as alterações dos Estatutos e Programas do partido serviram como pretexto para o grupo descontente com a nova política avançar em seu processo de diferenciação com o grupo dirigente. A Carta dos 100 surgiu como um ultimato à direção, documento impensável nas fileiras comunistas orientadas pelo centralismo democrático e, assim sendo, culminou com a expulsão de seus signatários. A (re)organização do PCdoB em 1962 caracteriza-se, portanto, como o ápice de um desgaste político originado no próprio processo de reorganização partidária ocorrido em 1943.

As disputas pela memória do partido fundado em 1922 pelas duas agremiações podem ser compreendidas à luz dos conceitos de *enquadramento da memória* e do *trabalho da memória em si*. Assim, em momentos de maiores dificuldades nas fileiras comunistas, quando suas identidades não estão devidamente assentadas, o trabalho político na construção de sua memória tem de ser reforçado. A fragilidade da reivindicação do PCdoB como partido centenário está expressa justamente em sua vultuosa produção em defesa de seu enquadramento memorial. Por outro lado, o PCB, até 1992, não enfrentou dificuldades em suas reivindicações memoriais. A memória ainda trabalhava por si. É somente a partir desta data, em novo processo de reorganização partidária, que o PCB voltou a preocupar-se em afirmar seu legado histórico.

Desta maneira, *os mecanismos memoriais acionados pelos partidos em suas reivindicações centenárias* podem ser compreendidos através da disputa de memória pela cisão ocorrida em 1962 e pela disputa em torno de figuras históricas importantes do partido, com destaque para Luiz Carlos Prestes. Os partidos acusam-se mutuamente e realizam seus respectivos trabalhos de enquadramento de memória ao lembrar de determinados fatos enquanto outros são esquecidos. Assim, a cisão de 1962 é vista como algo pequeno para o PCB, enquanto para o PCdoB, torna-se um marco memorial de refundação partidária. A memória de Prestes é acionada pelos pcedobistas em sua afirmação histórica, mesmo que outrora o Cavaleiro da Esperança tenha sido criticado por estar à reboque da burguesia.

As disputas memoriais dos comunistas acerca da organização fundada em 1922 demonstram algo que já foi afirmado neste trabalho: a profunda relação da memória com o presente. Se assim não fosse, não seria possível observar o intenso trabalho de escrita e reescrita de suas respectivas histórias. No entanto, a tradição comunista inaugurada no Brasil há cem anos não se constitui como herança monopolizada por nenhum partido. Ela faz parte da formação de qualquer agrupamento comunista contemporâneo, que identifica no passado exemplos de luta revolucionária. Sem o objetivo de cravar qual seria o “verdadeiro” partido de 1922, que representaria uma continuidade institucional na história dos comunistas brasileiros, este trabalho se limita a afirmar que aquilo que um partido diz sobre si mesmo faz parte daquilo que ele realmente é. Assim, ainda que nenhuma das

organizações fossem centenárias, ambas possuiriam uma história centenária. Ao menos para si. E para seus militantes.

## REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Ivan. **Do PCB ao Cidadania 23**. 2020. Disponível em: <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/ivan-alves-filho-do-pcb-ao-cidadania-23/>. Acesso em: 04 maio 2022.

AMADO, Jorge. **Agonia da noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AMAZONAS, João. A linha atual e as reformas. **Novos Rumos**. Rio de Janeiro, p. 7. n. 68, 17 a 23 junho 1960a. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831\\_1960\\_00068.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831_1960_00068.pdf). Acesso em: 31 out. 2022.

AMAZONAS, João. Sobre a contradição principal. **Novos Rumos**. Rio de Janeiro, p. 10. n. 74, 29 julho a 04 agosto 1960b. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831\\_1960\\_00074.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831_1960_00074.pdf). Acesso em: 31 out. 2022.

ANDERSON, Perry. La historia de los partidos comunistas. In: SAMUEL, Raphael. (Org.). **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Grijalbo, 1984, p. 150-165.



ARRUDA, Inácio. **Projeto de Resolução do Senado**. 2012. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/confira-a-resolucao-que-restituiu-o-mandado-de-luis-carlos-prestes/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemoração e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos**. 2014. 314 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Julgamento nº 1841. Relator: Ministro Sá Filho. **Cancelamento do Registro do Partido Comunista do Brasil**. Distrito Federal, 1947. Disponível em: [https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica\\_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf](https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf). Acesso em: 26 out. 2022.

CARONE, Edgard. **A quarta república (1945-1964)**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1980.

CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. 4. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgard. **O PCB: 1922 a 1943**. São Paulo: Difel, 1982.

COSTA, Edmilson. **PCB: 100 anos de luta pelo socialismo no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/28621>. Acesso em: 04 novembro 2022.

**EM DEFESA do Partido [Carta dos 100]**. 1961. Disponível em: <https://cdm.grabois.org.br/principais-documentos/em-defesa-do-partido-carta-dos-100-1961/>. Acesso em: 31 out. 2022.

ESTADO DE S. PAULO. **Ministro é acusado de liderar fraude no Esporte**. 2011. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-e-acusado-de-liderar-fraude-no-esporte,785778>. Acesso em: 07 nov. 2022.

FORJAZ, Maria Cecília. A crise da República Oligárquica no Brasil: as primeiras manifestações tenentistas. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, n. 16, p.61-69, nov./dez. 1976.

GOULART, Laryssa de Souza. **Astrojildo Pereira e a formação do Partido Comunista Brasileiro**. 2013. 156 f. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. **Novos Rumos**. Rio de Janeiro, p. 3. n. 62, 6 a 12 maio 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831\\_1960\\_00062.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831_1960_00062.pdf). Acesso em: 31 out. 2022.

JONES MANOEL. **As diferenças entre o PCB e o PCdoB: origem histórica.** Youtube, 19 fev. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ax9GcvM9o1w>. Acesso em: 3 novembro 2022.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p.16-28, 1989.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. O cotidiano, os “regimes de historicidade” e a memória. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 236-253. set./dez. 2016.

**NOVOS RUMOS.** Rio de Janeiro, n. 127, 11 a 17 ago. 1961. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831\\_1961\\_00127.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831_1961_00127.pdf). Acesso em: 31 out. 2022.

**NOVOS RUMOS.** Rio de Janeiro, n. 150, 29 dezembro 1961 a 4 janeiro 1962. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831\\_1962\\_00151.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831_1962_00151.pdf). Acesso em: 31 out. 2022.

OLIVEIRA, Eder Renato de. **Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira.** 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2017.

OPERA MUNDI. **Orlando Silva: as diferenças entre o PCB e o PCdoB – Cortes** 20 minutos. Youtube, 19 fev. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cCQS8h0wslU>. Acesso em: 04 maio 2022.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **50 anos do PCB.** 1972. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/AAA/72049655/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_AAA\\_72049655\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/72049655/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72049655_d0001de0001.pdf). Acesso em: 06 nov. 2022.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **As diferenças entre PCB e PCdoB.** 2009. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/580>. Acesso em: 3 novembro 2022.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Carta de Anita Prestes a senador do PCdoB.** 2012. Disponível em: <https://jornalrebate.com.br/politica/8573-carta-de-anita-prestes-filha-de-prestes-e-olga-benario-a-senador-do-pcdob>. Acesso em: 07 nov. 2022.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Nota do Secretariado Nacional do PCB.** 2011. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/1996>. Acesso em: 06 maio 2022.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **1962, a vitória dos princípios.** 2020. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/1962-a-vitoria-dos-principios/>. Acesso em: 04 maio 2022.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Cinquenta anos de luta**. 1972. Disponível em: <https://cdm.grabois.org.br/principais-documentos/cinquenta-anos-de-luta-1972/>. Acesso em: 04 novembro 2022.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Declaração sobre a política do P.C.B de Março de 1958 In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982e. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p. 176-196.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **História:** saiba um pouco mais da trajetória destes 100 anos do PCdoB. 2022. Disponível em: <https://pcdob.org.br/historia/>. Acesso em: 04 novembro 2022.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. IV Congresso do P.C.B (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982c. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p.126-136.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Manifesto do Comitê Central: a ditadura Café Filho (01.09.1954). In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982b. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p. 120-123.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Manifesto Programa**. 1962. Disponível em: <https://pcdobdesantos.blogspot.com/2011/03/manifesto-programa-1962.html>. Acesso em: 31 out. 2022.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Manifesto eleitoral do P.C.B (agosto de 1955). In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982d. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p.136-139.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **PCdoB:** um século em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo. 2022. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/pcdob-um-seculo-em-defesa-do-brasil-da-democracia-e-do-socialismo/>. Acesso em: 04 novembro 2022.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Projeto de programa (dezembro de 1953). In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982a. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p. 114-120.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Projeto de Resolução do C,C do P.C.B. sobre os ensinamentos do XX Congresso do P.C da U.R.S.S. In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982d. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p.143-154.

PCDOBSORRISO. **Programa Nacional do PCdoB 20/10/2011**. Youtube, 21 out. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nbYKmgTeOn4>. Acesso em: 04 novembro 2022.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB**. São Paulo: Boitempo; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022.

PINHEIRO, Milton. **PCB: 100 anos da Fênix Vermelha**. 2022. Disponível em: <https://opoderpopular.com.br/pcb-100-anos-da-fenix-vermelha>. Acesso em: 16 novembro 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2 n. 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, Pedro. Análise marxista ou apologia do capitalismo? **Novos Rumos**. Rio de Janeiro, p. 4. n. 62, 6 a 12 maio 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831\\_1960\\_00062.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/122831/per122831_1960_00062.pdf). Acesso em: 31 out. 2022.

PRESTES, Ana Maria. **Sobre o legado de Olga e Prestes**. 2011. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2011/10/24/ana-maria-prestes-sobre-o-legado-de-olga-e-prestes/>. Acesso em: 15 dezembro 2022.

PRESTES, Anita Leocadia. **Carta de Anita Prestes ao PCdoB**. 2011. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta2/1996>. Acesso em: 06 maio 2022.

PRESTES, Anita Leocadia. **Carta de Anita Prestes a senador do PCdoB**. 2012. Disponível em: <https://jornalorebate.com.br/politica/8573-carta-de-anita-prestes-filha-de-prestes-e-olga-benario-a-senador-do-pcdo-b>. Acesso em: 07 nov. 2022.

PRESTES, Anita Leocadia. Da “Declaração de Março” de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 1, n. 32, p. 147-174, 2011.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Anita Leocadia. **Memória do PCB: duas táticas e uma mesma estratégia - do “Manifesto de agosto de 1950” à “Declaração de março de 1958”**. 2013. Disponível em: [http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com\\_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140](http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140). Acesso em: 20 out. 2022.

PRESTES, Luiz Carlos. **Carta aos comunistas**. 1980. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>. Acesso em: 09 nov. 2022.

PRESTES, Luiz Carlos. União nacional para a democracia e o progresso. In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.: (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982a. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p. 25-40.

PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto de Janeiro (1948). In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982b. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p. 72-89.

PRESTES, Luiz Carlos. Frente Democrática de Libertação Nacional. In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982c. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p. 108-112.

PRESTES, Luiz Carlos. Informe Político (maio de 1949). In: CARONE, Edgar. **O P.C.B.:** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982d. (Corpo e Alma do Brasil, vol. II). p. 89-108.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **História do Marxismo no Brasil:** partidos e organizações dos anos 20 aos 60, vol. V. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p.69-102.

ROIO, Marcos Del. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições:** 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil, vol. I). p. 223-248.

RUY, José Carlos. 1958-1962 Da reorganização de 1962 à Guerrilha do Araguaia. In: RUY, José Carlos. BUONICORE, Augusto (org.). **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. p. 95-130.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil - PC do B:** propostas teóricas e prática política - 1962- 1976. 2000. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições:** 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As Esquerdas no Brasil, vol. I). p. 133-183.

SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, JORGE; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3, p. 217-240.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o "Partido da Classe Operária" (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical:** 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101-140. (As Esquerdas no Brasil, vol. II)

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUZA, Vital Nogueira de. **O Partido Comunista (1922-1962):** lugar de memória, espaço de disputa. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. **A formação das tradições:** 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil, vol. I). p. 53-87.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições:** 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil, vol. I). p. 331-363.

VINHAS, Moisés. **O Partidão:** a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. **Revista Tempo Brasileiro**, s/l, n.95, out./dez., 1988, p.119-26.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições:** 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil, vol. I). p. 22-51.